



O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO — Concurso Literário Tasso Fragoso

Cláudio Moreira Bento

Como parte das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, a Biblioteca do Exército promoveu, em 1988, um concurso literário sobre o tema "O Exército e a Abolição", em duas categorias: Concurso Literário Tasso Fragoso, para oficiais das Forças Armadas e civis, e Concurso Literário Franklin Dória, para suboficiais, subtenentes e sargentos das Forças Armadas.

Na presente edição, A Defesa Nacional publica o trabalho vencedor do Concurso Tasso Fragoso, da autoria do Coronel R/1 Cláudio Moreira Bento.

INTRODUÇÃO

Dentro do conjunto de reflexões acerca do negro e descendentes no Brasil, não poderia faltar um ensaio reflexivo sobre o Exército Brasileiro e a Abolição.

Para tal, impõe-se uma apreciação retrospectiva da evolução histórica do relacionamento do negro e descendente com o Exército — este entendido como as Forças Terrestres que no Brasil antecederam a Independência e o Exército Brasi-

O EXERCITO

leiro propriamente dito, desde a Independência, quando foi criado, até a Abolição, e mais além, até os dias atuais.

Veremos que a contribuição do negro e seus descendentes foi marcante e efetiva no campo militar, para ajudar a legar aos brasileiros de hoje um país de dimensões continentais, cristão e, talvez, a maior democracia racial, em que pese detectar-se, vez por outra, sem justificação científica, pequenas manchas de preconceitos e de discriminação racial, e mesmo de racismo.

Apesar dessas manchas, a situação do Brasil é invejável, segundo se conclui de Arnaldo Toynbee, em *A Sociedade do Futuro*.¹

"A meu ver, o sentimento racial é uma ameaça à paz mundial e um obstáculo à unidade da humanidade. No entanto, espero que o resto do mundo siga o exemplo do *Brasil, México, Paquistão e Havaí*, e venha abandonar esse preconceito em relação às diferenças físicas raciais. Já se referiu ao fato de as diferenças culturais terem um papel mais importante no sentimento racial que as diferenças de cor de pele ou outras variedades do aspecto físico". Em torno do mesmo assunto, ressal-

ta o mesmo historiador: "Os antropólogos afirmam não existir nenhuma raça pura. Mesmo nas regiões mais segregadas há mistura de raças. No entanto, o sentimento racial existe e nos toca a todos. É um perigo para o mundo, e a maioria dos homens envergonha-se desse sentimento. Os cães não têm nenhum preconceito racial em relação aos outros. Um cão branco confraterniza normalmente com um cão preto".

Se Toynbee aponta uma situação privilegiada para o Brasil no tocante a integração racial, o Exército tem historicamente desfrutado uma situação, acreditamos, ainda mais privilegiada de solidariedade e convivência harmônica entre homens de diversas raças, e do branco e do negro e descendentes em especial. Constatar essa singularidade é obra do simples raciocínio e verificação, e o presente estudo se propõe a apresentar uma amostragem dessa verdade.

Ao longo deste trabalho, veremos que a redenção social gradual do negro dos grilhões da escravidão para a liberdade no Brasil foi sendo conquistada por ele mesmo, como combatente nos campos de batalha do

1. Rio, Zahar Editores, 1974, pp. 158-161.

Brasil, de 1500 a 1888, em lutas internas e externas, mormente como excelente e valoroso soldado de Infantaria.

Diz J. B. Magalhães, em *A Evolução Militar do Brasil*:² "As Forças Terrestres Brasileiras engajavam no Serviço Militar, através do recrutamento forçado, grande contingente de negros e índios e seus descendentes, por constituírem a massa da população. Os brancos fugiam com mais facilidade do Serviço Militar, pois aqui vinham em busca de riquezas e aventuras, e a Colônia oferecia melhores oportunidades do que o Serviço Militar aos mais habilitados socialmente. Assim, escapavam do Serviço Militar de 10 anos, sujeitos a castigos corporais e a crônicos atrasos de vencimentos. Na Colônia eram impraticáveis as leis de Portugal e era fácil fugir-se à justiça real.

"A própria deserção era estimulada pela impunidade.

"Desse modo, o Serviço Militar atingia os mais humildes e deserdados da sorte, os negros e índios, que no Império vão compor a grande massa de soldados, como se verá, recrutados nas camadas mais humildes da

população brasileira."

Assim, o Exército contou com maciços contingentes de negros e descendentes, até particularmente 16 de outubro de 1910, data do 1º Sorteio Militar, realizado sob a inspiração e determinação do Presidente Wenceslau Braz, emprestando ao Exército um caráter de fato nacional.³

Em que pese essa grande e maciça presença do negro e descendentes no Exército, como aconteceu e ainda acontece nos mais variados setores de atividade no Brasil, o acesso aos altos postos de direção tem sido exceção.

Na República, conta-se o Marechal João Batista de Mattos, já falecido, e seu genro, General-de-Brigada Job Lorena de Santana, ora na Reserva. No Império, o Brigadeiro José Mariano de Mattos, mulato, que foi Ministro da Guerra da República Rio Grandense (1836-44) e Ministro da Guerra do Império, em 1864, e que referenciaremos, em local próprio, como pioneiro abolicionista, cuja cor da pele é revelada por escritos irônicos de seus opositores.

2. Rio, Bibliex, 1958, p. 223.

3. BENTO, Cláudio Moreira, *Cel Serviço Militar Obrigatório — 1º Sorteio Militar*. A Defesa Nacional, nº 729.

As fontes que serviram de base para o presente estudo não distinguem, porém, a cor dos militares do Exército. Por exemplo, ao estudar os assentamentos, no Exército, do grande abolicionista, 1º tenente de Engenheiros André Pinto Rebouças, o pesquisador só conhece ter sido ele um negro, por sua foto ou pela lenda criada em torno de seu nome. Por documentos oficiais é difícil distinguir-se a cor da pele do soldado brasileiro.

A participação do negro e dos descendentes em nossas lutas do Sul (1680-1870) foi tão marcante e efetiva, a ponto de serem eles cognominados súfios da América.⁴

Ao estudar-se a Abolição e a República percebe-se estreita vinculação entre ambas e, mais que isso, a participação fundamental do Exército para torná-las gradualmente realidade, a partir do término da Guerra do Paraguai, quando ele foi colocado em posição secundária e, muitas vezes, amesquinhado ou oprimido pelo Governo.

Isto é de fácil constatação na rica bibliografia histórica da época.

O NEGRO E DESCENDENTES NAS FORÇAS TERRESTRES DO BRASIL (1500-1822)

O Negro nas Guerras Holandesas (1624-54)

Embora a presença do negro se tenha feito sentir nas invasões dos franceses (no Rio de Janeiro – França Antártica, e no Maranhão – França Equinocial), e no Ciclo das Bandeiras,⁵ ela se tornou marcante e distinta nas guerras holandesas (1624-54).

É consenso, entre a maioria dos historiadores e intérpretes do processo histórico brasileiro, que a vitoriosa 1ª Batalha dos Montes Guararapes despertou o espírito de Exército e de Nação no Brasil.

Para esse momento basilar concorreram – com sacrifício, sangue, vidas e heroísmo – brancos, negros, índios e demais brasileiros resultantes da fusão de representantes dessas três raças, após um caldeamento intenso no Brasil de quase 150 anos.

Assim se destacaram e se immortalizaram, na memória nacional, o índio (ou pardo) Felipe Camarão, o mulato Vidal de Negreiros, os brancos João Fernandes Vieira e Antônio Dias Cardoso e o preto, mais tarde

4. IDEM. O Negro e Descendentes na Sociedade do RGS. Porto Alegre, IEL, 1975 (Apresentação).

5. MACHADO, Alcântara. Vida e Morte das Bandeiras, pp. 250-264 e RAMOS, Arthur. O Negro como Soldado, pp. 173-174, citados na obra 4.

Mestre de Campo (Ad Honorem), Henrique Dias.

Antes das batalhas dos Guararapes (19 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649), nas quais os negros e descendentes tiveram papel de relevo para a vitória dos luso-brasileiros,⁶ ocorreram as importantes batalhas de Monte das Tabocas (3 de agosto de 1645), em Vitória de Santo Antão (atual), e a de Casa Forte (10 de agosto de 1645), no atual bairro de Casa Forte no Recife. Elas puseram fim ao Exército de Campanha Holandês, sediado no Recife.

Na primeira,⁷ em momento crítico, a grande maioria de negros escravos que constituía a Reserva foi lançada sobre os holandeses, mediante ordem de João Fernandes Vieira, líder político e econômico do movimento. Eles decidiram a batalha que abriu a campanha vitoriosa da Insurreição Pernambucana.⁸

Na segunda, de Casa Forte, quando Henrique Dias foi ferido gravemente, seus negros prestaram então valioso concurso.

Em 1647, antes da 2ª Batalha de Guararapes, os holandeses tentaram induzir Henrique

Dias a cooperar com eles. Ele assim lhes respondeu, em carta:

"De quatro nações se compõe o meu terço: Minas, Ardas, Angolas e Criolos. Os Criolos são tão malévolos que não temem e nem devem. Os Minas são tão bravos que aonde não podem chegar com o braço chegam com o nome. Os Ardas são tão fogosos que tudo querem cortar de um golpe e os Angolas são tão fortes que nenhum trabalho os cansa".⁹

Ao final das guerras holandesas, Henrique Dias conseguiu que a Rainha de Portugal, em 17 de outubro de 1657, ou cerca de dois séculos e meio antes da Lei Áurea, libertasse muitos de seus soldados ameaçados de reescravização por seus antigos senhores.

Em reconhecimento ao importante papel desempenhado por ele e seus bravos, para o despertar dos espíritos de Exército e de Nacionalidade do Brasil nas guerras holandesas, foram organizadas unidades com o nome de *Henriques*, integradas por negros que prestavam serviços não remunerados em

6. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. As Batalhas dos Guararapes — Análise e Descrição Militar. Recife, UFPE, 1871, 2v.

7. IDEM. A Batalha do Monte das Tabocas. Jornal do Comércio. Recife 14.11.71.

8. João Fernandes Vieira concedeu, então, liberdade a 50 escravos de sua guarda pessoal, pelo valor que revelaram na definição do destino brasileiro.

9. Segundo Gilberto Freyre, "os Ardas eram geges ou daomeanos, os Minas, nagôs, e os Angolas apenas bantos".

Pernambuco, Bahia, Minas e Rio de Janeiro até a Independência.

O Marquês de Pombal enviou ao Marquês do Lavradio, Vice-rei do Brasil, sediado no Rio de Janeiro, em ofício de 9 de março de 1755, instruções a respeito, as quais referem, a certa altura:

"Sua Majestade manda transportar de Pernambuco um batalhão de 600 homens dos pretos chamados *Henriques*.....para servirem, ou na dita ilha de Santa Catarina ou no Rio Grande de São Pedro....manda Sua Majestade prevenir a V.Excelência que os referidos pretos,... são descendentes do grande Henrique Dias o qual, à testa de gente de sua cor, que uniu em corpo, ajudaram a lançar os holandeses, quando estes foram mais belicosos, fora de Pernambuco..... Sua Majestade manda tratar os oficiais do corpo do Henrique como os das outras tropas, sem diferença alguma, manda-o V. Excelência aí tratá-los da mesma sorte, não permitindo que os desprezem, obrarão maravilhas contra os castelhanos".¹⁰

Os *Henriques* passaram a fazer parte da força que defendeu a ilha de Santa Catarina,

então importante base militar para apoiar o Exército do Sul, ao comando do Tenente-General Henrique Böhn, em São José do Norte (atual), com o objetivo de expulsar os espanhóis da Vila do Rio Grande, que dominavam desde 1763.¹¹

Um grupo de *Henriques* foi enviado, da ilha de Santa Catarina a São José do Norte, para construir 13 jangadas, com madeiras enviadas desde Pernambuco.¹² Elas tiveram papel relevante no transporte das tropas que, partindo de São José do Norte (atual), atravessaram o canal da Lagoa dos Patos e assaltaram a Vila do Rio Grande, na madrugada de 1º de abril de 1776, dia de São Francisco de Paula.

Quando Santa Catarina foi invadida, em 1777, pelo Vice-rei do Prata, D. Pedro Ceballos, muitos soldados *Henriques*, recusando-se à rendição, foram ter ao Rio Grande. Foi um alferes dos *Henriques* que deu um toque de heroísmo que comoveu a todos que dele tiveram notícia, e mais uma vez comprovou o valor dos *Henriques*. Para não render-se aos espanhóis de D. Pedro Ceballos, enrolou as bandeiras do seu Regimento no

10. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. V. 31, 1ª parte.

11. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Em torno da Fortaleza S. José da Ponta Grossa. Revista Militar Brasileira nº 1011, 1977.

12. IDEM. Travessia de Brechas e Cursos d'Água no Brasil. A Defesa Nacional, nº 722, 1985, pp. 80-106.

corpo e, com elas protegidas do invasor, após longa e penosa jornada, entregou-as em Pernambuco. Deus sabe o nome desse bravo? Grande parte do seu regimento traiu para o Rio Grande do Sul para lá reorganizar-se para resistência, então liderada pelo Ten Gen Henrique Böhn.¹³

Em homenagem a todos os Henriques que auxiliaram na defesa do Brasil de 1641-1822, redistram-se a seguir traços da vida e da obra do que emprestou seu nome a tão valorosa tropa de homens negros.

O Mestre-de-Campo (Ad Honorem) Henrique Dias¹⁴

Henrique Dias, cuja memória é hoje cultuada como um dos arquitetos da unidade e integridade da Pátria, pelos valorosos e relevantes serviços militares prestados ao Brasil no período dos holandeses em Pernambuco (1630-1654), inicialmente como Capitão e, a partir de 1639, "como Cabo e Governador de todos os pretos e mulatos do Brasil", nasceu em Pernambuco, filho de pernambucanos e neto de escravos angolanos.

Não existe referência histórica sobre sua vida anterior a 1638, início de sua atuação mili-

tar, bem como se havia sido escravo ou não, sendo de presumir-se tenha nascido no início do século XVII.

Em período crítico para as armas pernambucanas (1633), em razão de os holandeses terem recebido reforços e sido guiados pelo traidor Calabar, Henrique Dias apresentou-se ao Governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, para combater a seu lado "em tudo que lhe fosse determinado".

Esse comovente gesto, apresentando-se num momento crítico e indefinido para as armas pernambucanas, vem demonstrar o grande amor que votava a Pernambuco, aos portugueses e à Igreja Católica, e que ditou, à sua consciência, o caminho do dever.

Ao apresentar-se a Matias de Albuquerque, por sua liderança sobre seus companheiros, foi feito capitão.

No período que culminou com a queda do Arraial do Bom Jesus (Sítio da Trindade - 1635), participou de combates no Curado, Igarassu, Apicucos, e da defesa dos fortes de Nazaré e Arraial do Bom Jesus.

Rendido o Arraial, obteve permissão dos holandeses para permanecer em Pernambuco.

Em 1636, não suportando

13. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. idem nota (II).

14. IDEM. Mestre de Campo (Ad Honorem) Henrique Dias. A Defesa Nacional, nov/dez 1971, nº 640.

o invasor, saiu à campanha e juntou-se aos bravos companheiros Vidal de Negreiros, Francisco Rebelo, Sebastião Souto e Antônio Dias Cardoso, os quais, desesperadamente, travavam luta contra o invasor, impedindo, de todas as formas, que ele deitasse raízes em solo brasileiro. Nessa ocasião, participou de diversas ações, destacando-se a queima de canaviais da várzea do Capibaribe, da derrota, em Porto Calvo, comandada por Nassau, e da expulsão dos remanescentes do bravo exército de Pernambuco, do Sergipe para a Bahia, em novembro de 1637, por Von Skoppe. Em 1638, participou da defesa de Salvador.

Em 1639, embarcou na esquadra do Conde da Torre, com o fim de auxiliar na restauração de Pernambuco. Derrotada a esquadra, desembarcou no Rio Grande do Norte e empreendeu enorme retirada por terra, desde a Ponta dos Touros até a Bahia, inicialmente separado e posteriormente em companhia de Luiz Barbalho.

Nesse épico feito militar, relatado em duas cartas de seu próprio punho e reveladas pelo historiador J. Antônio Gonçalves de Mello Neto, Henrique Dias participou com destaque em di-

versos combates, em especial no de Goiana-PE, onde, em ataque de surpresa, foram mortos 500 dos 1300 homens que compunham o efetivo holandês, muitos dos quais integrantes da guarda de Maurício de Nassau.¹⁵

Com a restauração de Portugal e a conseqüente paz com a Holanda, Henrique Dias permaneceu na Bahia.

Na Insurreição de Pernambuco, cujo plano esteve a cargo do Governador-Geral da Bahia, Antônio Teles, foi o primeiro a deixar a província rumo a Pernambuco, simulando, como parte do plano, ter fugido e ter em seu encalço, para puni-lo, Filipe Camarão.

Não chegou a tempo para participar do combate do Monte das Tabocas, mas foi reforçado por 50 negros, aos quais Fernandes Vieira havia concedido a liberdade, após o combate.

Participou, com bravura, do combate de Casa Forte (1645) e estabeleceu sua estância em local no Recife que ainda conserva esse nome – o mais próximo do inimigo, “tendo no meio o Capibaribe e a distância do desaforo gritado”.

Nesse local, de seu quartel, que possuía uma torre, ele ob-

15. O massacre holandês de Goiana-PE, um episódio até então obscuro, foi revelado pelo historiador J.A.G.Mello, com base em relatório inédito da retirada, elaborado por Luiz Barbalho.

servava os movimentos dos holandeses.

Em 1647, expedicionou ao Rio Grande do Norte e, após seu retorno, participou da 1ª Batalha dos Guararapes, como comandante da Ala Direita.

Nessa ocasião, suportou estoicamente e sem reforços, o violento e avassalador ataque da reserva holandesa – 1500 homens ao comando do Cel Von der Branden.

No dia seguinte à batalha, foi encarregado de conquistar Olinda, o que realizou com brilho.

Participou também, com bravura, da 2ª Batalha dos Guararapes.

Pelo seu destemor e intrepidez em combate, Henrique Dias foi o restaurador de Pernambuco mais vezes ferido, e até com gravidade.

O Barão do Rio Branco alinhouno 8 ferimentos, e J.A.G.M. Neto afirma ter sido ferido em 8 ocasiões com um total de 9 ferimentos, assim registrados:

- Em 15/Jul/1633, no Cura-um ferimento a bala;
- Em 08/Set/1633, em Igarassu, dois ferimentos a bala;
- Em 30/Mar/1634, no Araraial, um ferimento;
- Em 26/Dez/1635, na Várzea, um ferimento;
- Em 18/Fev/1637, em Por-

to Calvo, um ferimento a bala;

- Em 17/Agô/1645, em Casa Forte, um ferimento;
- Em 19/Fev/1649, em Guararapes, um ferimento a bala;
- Em 1648 em alto-mar, um ferimento.

Em Porto Calvo, recebeu um ferimento na mão esquerda, após o que teve de amputá-la, participando do resto da guerra com uma só mão. Em Casa Forte, ferido numa das pernas, somente abandonou o combate após o seu término, quando ele próprio se medicou, recuperando-se com o uso de lã de carneiro frita em óleo de peixe. Na 2ª Batalha dos Guararapes, recebeu um ferimento a bala no baixo ventre, com sério risco para sua vida.

Depois da guerra, quando retornava de Portugal, onde fora pleitear justa recompensa pelos serviços prestados, o navio em que viajava foi assaltado por piratas e ele foi atingido, também, por uma bala.

Essa série de ferimentos e mais o fato de haver, num combate em Apicucos, à frente de seus bravos e temíveis soldados, morto com suas próprias mãos 5 inimigos, dizem bem do valor de Henrique Dias, conhecido pela alcunha de "Boca Negra".

Portugal e Espanha, que mantinham o ânimo de seus vassallos na luta através de recompensas várias, denominadas "mercês", conferiram a Henrique Dias, e por sua solicitação, diversas delas, muitas das quais não chegaram a concretizar-se.

Na partilha das mercês não foi feita justiça a este bravo à altura da sua comovente, corajosa, constante e decisiva participação na Restauração de Pernambuco, motivando sua ida a Portugal, em 1656, para pleiteá-las pessoalmente.

Eis as mercês que lhe foram concedidas:

- Em 1633, foi nomeado Capitão dos homens de cor e, em 1639, "Cabo e Governador dos pretos e mulatos que serviam ou que viessem a servir sob suas ordens em todo o Brasil";

- Em 1644, foi nomeado Capitão-mor dos pretos de guerra de Angola, cargo que não assumiu, por ser sua presença essencial à Insurreição Pernambucana em marcha;

- Em 1658, após 25 anos de serviços, foi-lhe conferida a patente de Mestre-de-Campo "ad honorem" de seu terço, de tão gloriosas tradições na preservação da integridade e unidade da Pátria Brasileira e um dos alicerces da grande demo-

cracia étnica que é o Brasil.

Uma grande e muito merecida honraria foi a que recebeu da rainha de Portugal, ao decidir, quando lhe propuseram a extinção do terço de Henrique Dias, que enquanto este vivesse não seria sua unidade extinta e, a partir de então, de direito, considerada Terço.

Como bens materiais, recebeu as terras compreendidas entre o rio Capibaribe e a atual avenida Conde de Boa Vista, abrangendo o atual bairro Boa Vista e parte do bairro de Graças (Dérbi e Capunga), nelas compreendidas, então, casas que pertenceram ao holandês Vanufel e à olaria de Gaspar Coque.

Nas casas de Vanufel, que ficavam numa ilha da curva do Capibaribe, Henrique Dias instalou seu QG quando do cerco do Recife, depois de fracassado o plano de conquista rápida dessa cidade delineado por Antônio Teles, Governador-Geral da Bahia, e acalentado por D. João IV.¹⁶

Sua estância, no atual bairro de Boa Vista, era o "front" de então, e Henrique Dias controlava os movimentos dos holandeses de uma torre que existia na casa de Vanufel, como já mencionado.

16. Fracasso decorrente de a Insurreição ter sido descoberta antes do dia marcado para sua eclosão e da falta de apoio de Salvador Correia de Sá e Benevides.

Henrique Dias teve promessa do hábito da Ordem de Cristo, a mais alta comenda de Portugal, mas, como não possuía filhos varões, requereu esta e dois hábitos de Santiago ou Aviz para os que viessem casar com suas três filhas e uma renda para seu sustento.¹⁷

Quando eclodiu a Insurreição Pernambucana, como parte da mobilização, correram editais em nome do Rei, prometendo liberdade aos negros que combatessem pela causa.

Após a vitória do Monte das Tabocas, João Fernandes Vieira deu o exemplo, ao libertar 50 escravos que conquistaram a liberdade por bravura em combate.

Henrique Dias pleiteou à Rainha a liberdade de alguns de seus homens ameaçada por alguns senhores, após haverem lutado 13 anos. A Rainha, num gesto reeditado em maiores proporções, anos depois, despachou favoravelmente, em 17 de outubro de 1657, dois séculos e meio antes da Lei Áurea.

Henrique Dias passou o restante de sua vida ocupado como Mestre-de-Campo de seu Terço

e com os religiosos da igreja de sua estância, que mandaram construir em 1646, de taipa e coberta de telhas, e que, em 1708, achava-se em ruínas, obrigando a que fosse construída outra próxima. Faleceu em 7 ou 8 de junho de 1662, no Recife. Foi sepultado, às expensas da Fazenda Real, no Convento de Santo Antônio, em local desconhecido.¹⁸

O Negro nas Guerras do Sul de 1680 a 1777

De 1680, ano da fundação portuguesa da Colônia do Santíssimo Sacramento (no atual Uruguai) defronte a Buenos Aires, por uma expedição organizada no Rio de Janeiro, ao comando de D. Manuel Lobo, até a restituição desta aos espanhóis, por força do Tratado de Santo Ildefonso (1777), a contribuição militar do negro e seus descendentes, seja como homens livres, seja como escravos, foi relevante para dilatar o território do Brasil, desde Laguna (atual), em Santa Catarina, limite Sul do Tratado das Tordesilhas de

17. Era normal, àquela época, requerer-se o que se pensava merecer e obter-se sempre menos, principalmente no tocante a dinheiro, em razão das dificuldades financeiras de Portugal.

18. Pesquisa arqueológica teria facilitado a identificação de seus restos mortais, por uma das mãos amputadas, em consequência do ferimento que recebeu em Porto Calvo. Seus retratos expostos em diversos locais, lamentavelmente, não retratam a realidade e resultaram de imaginação fantasiosa, conforme menciona o historiador José Antônio Gonçalves de Mello Neto, autor de pesquisa documental sobre Henrique Dias.

1494, até o rio da Prata, temporariamente, e até os rios Jaguarão, Quaraí e Uruguai no Rio Grande do Sul, definitivamente.

A fundação de Colônia do Sacramento contou com o concurso de 60 escravos, dos quais 41 de D. Manuel Lobo. Isso representou cerca de 30% do efetivo da expedição, afora os livres não discriminados.

Para aproximar, desde o Rio de Janeiro, o apoio militar da Colônia do Sacramento, foi fundada, em 1684, Laguna-SC, limite meridional do Tratado das Tordesilhas. A expedição segundo Alcântara Machado, em *Vida e Morte das Bandeiras*,¹⁹ era integrada por dez brancos e cinquenta negros e mulatos (cerca de 80% da expedição).

Decorridos 41 anos, alguns desses negros e mulatos de Laguna, partindo dessa localidade, integraram a frota de João Magalhães, composta, em sua maioria, por pretos e mestiços dessa raça. Eles foram postar-se em São José do Norte (atual), no Rio Grande do Sul, com as seguintes finalidades:²⁰

- proteger o Sangradouro da Lagoa dos Patos para o oceano da interferência de espanhóis e dos Tapes;

- melhorar as condições de travessia do Sangradouro, construindo e explorando jangadas e canoas;

- estabelecer aliança com os Minuanos que habitavam o litoral;

- transferir o gado chimarrão (selvagem) do Sul para o Norte do Sangradouro da Lagoa dos Patos;

- estabelecer ligação terrestre com a Colônia do Sacramento;

- operar registro de cobrança de taxas sobre o gado destinado a Laguna;

- impedir a fuga de escravos negros, de Laguna para os domínios de Espanha, ou para junto dos índios do rio da Prata.

A Frota de João Magalhães exerceu essas missões por cerca de 2 anos e meio. Segundo Arthur Ramos, em *O Negro como Soldado*,²¹ "em fim do século 18 e começo do 19, o negro foi um dos arquitetos da sociedade rural e militar criada no Rio Grande do Sul através de prolongadas lutas.... Toda esta expansão foi acompanhada por constantes combates, refregas, escaramuças e entreveros, nos quais o

19. IDEM Nota 5., *Vida e Morte das Bandeiras*, pp 250-264.

20. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Síntese das Forças Terrestres na 3ª RM. *Revista Militar Brasileira*. V. 103, 1973, jul/dez, pp. 48-80.

21. RAMOS, Arthur, *O Negro como Soldado*. p. 179.

negro deu mais que sua simples participação".

Em 19 de Fev 1737, o Brigadeiro José da Silva Paes desembarcou, à tardinha, na atual cidade do Rio Grande-RS e fundou o primeiro estabelecimento oficial português com o nome de Presídio Jesus-Maria-José.

Segundo Guilhermino Cézar, em *História do Rio Grande do Sul*,²² o negro e descendentes, provenientes principalmente das estâncias de Viamão, "participaram, conforme prova documental", entre os 160 homens do grande sertanista e tropeiro, Coronel-de-Ordenanças Cristóvão Pereira de Abreu, que aguardavam em terra o desembarque de Silva Paes, e entre os 260 homens trazidos por Silva Paes, na qualidade de negros e mulatos libertos (integrantes de frações de tropas-de-linha do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia) ou como escravos dos oficiais de maiores posses da expedição, coisa comum na época.

O Negro na Guerra Guaranítica (1754-56)

Para compreender-se melhor a posição do negro e descendentes face ao Serviço Militar no Brasil Colônia, é mister entender-se as circunstâncias exis-

tentes à época.

O Marquês de Pombal, no início do século XVIII, baixou lei considerando livres todos os negros desembarcados em Portugal. Isso equivalia à abolição da escravidão em Portugal, cerca de século e meio antes do Brasil.

Era vedado, nesta época, o Serviço Militar direto aos negros e descendentes escravos no Brasil, tanto nas tropas-de-linha, como nas milícias e ordenanças. Essa restrição não atingia os negros e descendentes livres.

No entanto, foi prática comum as tropas levarem grandes levas de escravos e utilizá-los indiretamente no Serviço Militar, em trabalhos de abastecimento e transporte, na qualidade de escravos à disposição das unidades, como escravos estatais.

É o caso, por exemplo, do Exército Demarcador que, ao comando do General Gomes Freire de Andrade, atuou no Rio Grande do Sul (1751-55), com a finalidade de demarcar o Tratado de Madrid de 1750, e que teve, junto com o Exército de Espanha, de enfrentar a Guerra Guaranítica (1754-56), decorrente da reação dos índios dos Sete Povos das Missões, sob orientação dos jesuítas, em abandonar a região a ser entregue aos portugueses, em troca

22. CÉZAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1956, p. 24.

das Colônias do Santíssimo Sacramento.

O Exército Demarcador de Gomes Freire era composto de 1633 homens, dos quais 190 eram escravos de suas unidades e de particulares, e assim distribuídos:²³

- “Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro – 22 escravos;
- Regimento de Infantaria Velho do Rio de Janeiro (atual Regimento Sampaio) – 25 escravos;
- Regimento de Infantaria Novo do Rio de Janeiro (atual Regimento Avaí) – 13 escravos;
- Infantaria de Santos (Cia.) – 7 escravos;
- Regimento de Dragões do Rio Grande – 70 escravos;
- Escravos do General Gomes Freire e de particulares – 32 escravos;
- Companhia de Aventureiros Paulistas – 3 escravos;
- Outros escravos com distribuição não declarada – 6 escravos.”

Assim, o Exército Demarcador possuía cerca de 0,9% de seu efetivo de escravos do seu

serviço, afora os particulares, cerca de 0,2%.

Testemunho iconográfico da presença do negro no Exército Demarcador são as cartas panorâmicas, em número de quatro, pintadas pelo Quartel Mestre General do Exército Demarcador, Coronel Miguel Angelo Blasco (italiano). Essas cartas registram uma enchente no rio Jacuí, em 1754, focalizando o Passo São Lourenço, em Cachoeira do Sul (atual) e que colheu o Exército de surpresa.

Nelas aparecem escravos operando canoas ou cozinhando.²⁴

Foi nessa ocasião, em Rio Pardo, prestes a marchar para o Passo São Lourenço, que, em 28 de agosto de 1754, o General Gomes Freire de Andrade baixou um ato discriminatório contra as mulheres negras livres e escravas, ao proibir que elas acompanhassem a marcha do Exército.²⁵

As penas para as mulheres que desobedecessem seriam: “Se for mulher casada, condenação a um ano de prisão. Se for mulher nobre, pagará multa de 400 réis. Se for mulata ou negra livre (forra), será marcada no rosto. Se for mulher escrava,

23. CUNHA, Diário da Expedição. De Gomes Freire às Missões. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XVI, pp 175-182.

24. Três das quatro cartas panorâmicas encontram-se na mapoteca do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro.

25. IDEM, Nota 23.

será submetida a leilão em praça pública”.

Isso prova também a presença da mulher acompanhando o Exército Demarcador, uma tradição em nossas lutas do Sul, internas e externas, silenciada em relatórios e pelo historiador.

Em 1864, quando o Exército Brasileiro internou-se no Uruguai, na Guerra contra Aguirre, as mulheres foram proibidas de acompanhar o Exército. O General Osório, rendido à tradição e aos costumes locais, permitiu que elas o fizessem, logo após assumir o comando.

Na última campanha do Exército Demarcador, que culminou com sua entrada em São Miguel, registram-se diversos incidentes envolvendo escravos. Em 6 de setembro de 1754, Gomes Freire de Andrade executou um negro como ladrão, por enforcamento. Em 22 de março de 1754, próximo a Santa Maria, foi encontrado, trucidado por índios, após severamente torturado e seviciado, um escravo que fora 4 dias antes açoitado por seu dono, um oficial da Expedição. Em 18 de maio de 1756, após os Exércitos de Portugal e Espanha penetrarem em São Miguel, um escravo de um soldado foi morto com sete lançados, numa emboscada dos índios missioneiros.

No dia 26 de maio de 1756, os índios chacinaram um escravo que colhia alimentos em suas roças. Seu corpo foi deixado rodeado pelas batatas e almeirão que colhia. Em 10 de junho de 1756, morreu afogado um escravo, ao virar sua canoa, quando atravessava o rio São Miguel. Em 14 de junho, quatro dias depois, faleceu um escravo cozinheiro do General Gomes Freire de Andrade. Foi sepultado no interior de uma capela, junto ao rio Uruguai.

Esses são traços da memória da participação sofrida do negro no Exército Demarcador.²⁶

O enorme contingente negro (cerca de 150), afora os soldados livres, encontraram, nas Missões, índias sem maridos, dentre os quais, cerca de 1400 mortos na hecatombe de Caiboaté, em 10 de fevereiro de 1756. Presume-se que, no espaço de 6 meses, os negros da expedição tenham entrado em contato sexual com elas e daí tenham resultado filhos miscigenados.

Para apoiar a marcha do Exército Demarcador, de Porto Alegre a Rio Pardo, foram recrutados, em São Paulo, 200 aventureiros paulistas descendentes de bandeirantes. Eles foram pa-

26. IDEM, Nota 23 pp. 69-71.

ra Porto Alegre, em 1751, com a missão de construírem canoas para o transporte de cargas do Exército Demarcador, rio Jacuí acima.

Esse contingente possuía cerca de 14% de negros e descendentes: "Antônio, negro livre, seis escravos do Capitão Mateus Camargo (Clemente, Manoel e Félix, criolos; Damião nascido em Angola, Francisco e Inácio) e dois escravos de Francisco Camargo,²⁷ que integraram a primeira guarnição-militar de Porto Alegre."

Esse contingente, formando duas Companhias de Aventureiros, apoiou depois toda a campanha do Exército Demarcador.

Em Rio Pardo, quando o Capitão Mateus Camargo construía uma ponte flutuante sobre o rio Pardo, para apoiar a marcha do Exército Demarcador para o Passo do São Lourenço, no rio Jacuí, foi atacado, em julho de 1754, por tropas missioneiras ao comando do índio Sepé Tiaraçu.²⁸ Nesse combate, foram mortos três dos seis escravos do Capitão Mateus, seguramente mais um sangrento sacrifício do negro.

O Negro na Guerra de Restauração do Rio Grande (1763-74)

Em apoio ao Exército do Sul que, ao comando do Tenente General Henrique Bônh, se destinava a expulsar os espanhóis do atual Rio Grande do Sul, existiu um corpo de guerrilhas ao comando do Major Rafael Pinto Bandeira, "a primeira espada continental".

Suas tropas possuíam bases de guerrilhas em Canguçu e Encruzilhada do Sul (atuais). Nelas encontrava-se um contingente expressivo "de negros valientes que el temor non conociam", segundo Guilhermino César²⁹ na expressão de um sargento espanhol que escreveu um poema, ao chegar em Colônia do Sacramento, após ouvir relatos da ação do intrépido Pinto Bandeira e que, abaixo, se transcreve:

"Alli nos desembarcamos
Com sumo gusto y placer
Como se dexe entender
Segun los sustos que pasamos
Mas apenas acampamos
Quando ya mi compania
Com otras quatro tenia

27. Spalding, Walter. Pequena História de Porto Alegre. Porto Alegre, Sulina, 1967, p. 39.

28. IDEM, Notas 12 e 21 referem ao assunto.

29. CÉZAR, Guilhermino. Os soldados Negros de Pinto Bandeira. Correio do Povo. Porto Alegre, 23 Mar 1971.

Ordem de salir corriendo
 Contra um fidalgo tremendo
 Que hurtar cavallos venia
 Pinto Bandeyras llamado
 Era em efeito este tal
 Fidalgo de Portugal
 Yera coronel graduado
 Lleva siempre a su lado
 Segun voces diferentes
 HORROR DE NEGROS VALIENTES
 QUE EL TEMOR NO CONOCIAM
 Mas por Dios que no queriam
 Hacer-se nunca presentes”.

O sentido da poesia é o seguinte:

“Desembarcamos em Colômbia do Sacramento com grande gosto e prazer, como não poderia ser de outra forma, após os grandes sustos pelos quais passamos. Apenas acampamos, a minha e mais 4 companhias receberam ordens de marchar ao encontro de um fidalgo que vinha arrear cavalos. Esse fidalgo de Portugal era o coronel graduado Rafael Pinto Bandeira. Ele trazia sempre ao seu lado, segundo testemunhos diferentes, uma grande quantidade de negros valentes que desconheciam o medo, mas, por Deus, não queriam nunca o combate convencional”.

O fato de não oferecerem combate convencional era natu-

ral. Como guerrilheiros travavam uma guerra de desgaste contra o inimigo, através principalmente das *arreadas*. Estas consistiam em operações militares de retirada dos possíveis caminhos da invasão espanhola ao Rio Grande do Sul, do gado cavalar e vacum manso ou *chimarrão*. O primeiro usado como meio de transporte dos exércitos adversários; o segundo, como alimentação autotransportável – ambos essenciais ao êxito do deslocamento de uma tropa militar apreciável nas campanhas do Sul.

A socióloga norte-americana Madalena Wallis Nichols, em *O Gaúcho*, refere a existência, de 1773 a 1774 nas companhias uruguaias, de negros e mulatos *gaudérios* (gaúchos).

Assinale-se que só o Regimento de Dragões possuía, em 1756, 70 escravos.

Estudos que temos procedido nos levaram a concluir que negros e descendentes estiveram presentes com Rafael Pinto Bandeira nos combates de Santa Bárbara, Tabatinga e Santa Tecla – no último em número de 80.

Estatística confiável dava, para o atual Rio Grande do Sul, em 1780, três anos do término da guerra, cerca de 5.102 escravos, ou 29% da população, não computados os negros e descendentes livres.

O Negro nas Guerras do Sul de 1801-1822

Em 1801, a Espanha invadiu a cidade de Olivença. No Brasil, foi a oportunidade de os portugueses, em troca, dilatarem as fronteiras no Sul até os rios Jaguarão e Santa Maria e, no Mato Grosso, até o rio Apa. Como a Espanha não devolveu Olivença na Europa, Portugal não devolveu o que conquistara no Brasil.³⁰

Os negros livres ou escravos tomaram parte nessa conquista, como escravos, acompanhando as estâncias que foram mobilizadas por seus donos para o esforço de guerra então realizado.

Do furriel dos Dragões, Gabriel Ribeiro de Almeida, que participou da conquista das Missões, tem-se a seguinte informação:

“O mesmo espírito de patriotismo que havia feito com que os povos preferissem entrar voluntariamente em guerra, fez com que, em poucos dias, se vestisse a tropa. Pois, os que não podiam dar dinheiro, davam panos, bois, cavalos, carros, escravos, oferecendo tudo em benefício da tropa e do Estado. E isto se continuou a praticar em toda a guerra.”³¹

Temos convicção de que a participação do negro foi efetiva também na Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental (1812) e nas Guerras contra Artigas (1816 e 1820) que culminaram com a incorporação do atual Uruguai ao Brasil (1821-28) com o nome de Província Cisplatina.

De Saint Hilaire em sua *Viagem ao Rio Grande do Sul*, retiramos as valiosas informações contidas no tópico seguinte.³²

Um Mulato no Comando do Forte de São Miguel

Saint Hilaire, ao passar por Chuf, encontrou comandando a fronteira o Capitão Manoel de Joaquim de Carvalho, também comandante do Forte de São Miguel. Sobre ele escreveu:

“O Capitão das guerrilhas comandante do Forte São Miguel é um grande mulato de cabelos brancos, de figura muito curiosa. Cumulou-me de gentilezas...

“... O Capitão serviu-me mate e, em seguida, levou-me ao fortim, situado a alguns passos de sua casa...

“Os soldados acantonados

30. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Guerra de 1801 – Síntese in: Canguçu Reencontro com a História. Porto Alegre, IEL, 1985.

31. CÉZAR, Guilhermino. Primeiro Cronistas do RGS. Porto Alegre.

32. SAINT HILAIRE, Augusto. Viagem do Rio Grande do Sul 1820-21. Rio de Janeiro, Ariel, 1935.

em São Miguel são guerrilheiros, corpos de voluntários, formados no correr da guerra atual (guerra contra Artigas-1820-21), pelo estancieiro Bento Gonçalves da Silva.³³

"O capitão Manoel Joaquim de Carvalho era um simples soldado, mas fez tais prodígios de valor que, numa região onde predominam os brancos, guindaram-no, apesar de sua cor, ao posto de capitão".

Foi por certo pensando também em homens como o Capitão Manoel Joaquim, que Saint Hilaire observou, sobre os rio-grandenses:

"Em geral os homens desta Capitania (atual Rio Grande) são extremamente corajosos.

"Contam-se deles milhares de feitos que demonstram sua intrepidez. Estão sempre dispostos às mais árduas lutas... Para guerrear deixam, sem pesar algum, suas famílias, mas após a vitória procuram voltar para suas casas.

"Nunca desertam por covardia, fazendo-o com frequência quando os deixam inativos."

Bento Gonçalves, aqui citado, libertou negros em Guaíba, para formar parte da tropa com que atacou Porto Alegre, em 20

de setembro de 1835, e deu início à Revolução Farroupilha.

Segundo Alcides Maya, com apoio no que lhe contou Apolinário Porto Alegre, ambos citados por Osório Santana Figueiredo,³⁴ "Bento Gonçalves costumava mandar queimar incenso nas antigas senzalas transformadas em alojamentos de guerreiros negros, na intenção de despertar a consciência cívica dos soldados de cor preta".

O NEGRO DO EXÉRCITO DA INDEPENDÊNCIA À ATUALIDADE

O Negro no Dia do Fico

Como já foi dito, é consenso, entre expressiva parcela de nossos historiadores, que o espírito de Nação Brasileira e o de suas Forças Armadas foram despertados na vitoriosa 1ª Batalha dos Montes Guararapes, com o concurso de grande quantidade de negros e descendentes e, em especial, dos negros do terço de Henrique Dias.

Da mesma forma, pode-se dizer que em 9 de janeiro de 1822, tendo por palco o Campo de Santana, atual Praça da República e, como catalisador, o Quartel do Campo de Santana,

33. Mais tarde será ele o líder da Revolução Farroupilha (1835-45), cujo sesquicentenário está ocorrendo (1985-95).

34. FIGUEIREDO, Osório Santana. Alcides Maya. O Clássico dos Pampas. Santa Maria. Ed. Pallotti, 1987. p. 101.

atual Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste, ocorreu o nascimento de fato do Exército Brasileiro e do Brasil Independente.

Nesse dia, enorme massa popular, tropas milicianas e de ordenanças aglutinaram-se em torno das tropas de linha no Rio de Janeiro,³⁵ fiéis ao Príncipe D. Pedro, ao comando do General Francisco Xavier Curado, comandante-das-armas da corte, sediado no quartel do Campo.

O motivo dessa histórica concentração de povo e tropa foi garantir militarmente a permanência do Príncipe Regente D. Pedro no Brasil e obrigar as tropas portuguesas da Divisão de Portugal, ao comando do General Avilez, a embarcarem para Portugal.

Foi o dia decisivo para a Independência do Brasil, conseguido sob pressão militar, e que passou à história como o *Dia do Fico*.

O fato histórico foi possível como resultado da vontade política de representantes das três raças e suas combinações, por miscigenação, em patriótica e harmônica combinação.

Ilustra a participação do ne-

gro nos pródromos de nossa independência, nela própria e na sua consolidação pela força das Armas, uma pintura de João Baptista Debret, no pano de boca do Teatro da Corte, apresentado publicamente nas festas de coroação de D. Pedro I.

O quadro focaliza em primeiro plano, à esquerda, um soldado negro do Império, oferecendo seu filho ao Imperador e, ao lado do soldado, sua companheira tomando conta do seu fuzil.

Essa gravura foi escolhida para ilustrar a segunda e a terceira capas da coleção *História do Exército Brasileiro – Perfil Militar de um Povo*, editado pelo Estado-Maior do Exército, no Sesquicentenário da Independência, em 1972.³⁶

Pinturas de Rugendas e Debret, dessa época, focalizam diversos militares do Exército, negros.

O Negro na Independência

Com a Independência e a organização do Exército Brasileiro, os negros passaram a ganhar liberdade ao ingressarem na Força, que não mais permitia o uso de escravos em suas ativi-

35. Tropas de Linha hoje projetadas nas seguintes unidades históricas que ali estiveram presentes: batalhões de Infantaria Sampaio e Avaf (então os 1º e 2º Regimentos de Infantaria do Rio de Janeiro e mais os batalhões de Infantaria atuais de Joinville e Florianópolis em SC), Dragões da Independência, de Brasília, e Regimento Mallet, de Santa Maria-RS.

36. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Debret na História Militar do Brasil, Correio Brasiliense. Brasília, 7 de março 1972.

dades, tendo sido abolidas as designações de tropas pela cor de seus integrantes (Pardos e Henriques).

Portarias de 25 e 30 de março de 1824 estabeleceram que "escravos que assentarem praça, em lugar de pessoas livres, não devem ser de menores qualidades físicas e morais". Portaria de 26 de março de 1824 determinou que "os negros que ofereceram para assentarem praça no Exército haviam de mostrar que são homens livres."

Com esses atrativos muitos escravos apresentaram-se ao Exército como livres. Muitos deles foram, no entanto, reclamados por seus donos.

Nesses casos, o Exército os conservava em segurança no quartel, até a legalização, contra eles, dos direitos de seus senhores (Portaria de 20 de fevereiro de 1823).

O general Aurélio de Lyra Tavares, destacado escritor e historiador militar, ex-Ministro do Exército e membro da Academia Brasileira de Letras, assim se referiu às servidões impostas à organização do Exército Brasileiro, após a Independência, em *o Exército e Nação*.³⁷

"Recorreu-se ao voluntariado, ao recrutamento forçado, ao aproveitamento de *escravos alforriados* e aos sentenciados,

mediante concessão de liberdade condicional, além da contratação de tropas mercenárias...

"... Foi assim que as fileiras do Exército Brasileiro se abriram a toda a sorte de elementos, fundamentalmente heterogêneos.

"O Exército Brasileiro devia, antes de tudo, recuperá-los, educá-los e integrá-los, dando a todos a condição de soldados do Brasil.

"Através desse novo Exército Brasileiro que então surgia, grande número de escravos passou a adquirir direitos que somente às vésperas da República seriam conferidos por lei... a grande maioria de negros do Brasil".

E prossegue:

"Foi assim o Exército Brasileiro, desde o início, uma grande e insubstituível escola de educação e de valorização do homem brasileiro, no quadro da nacionalidade brasileira em formação.

"E foi por obra deste Exército, constituído de grande número de negros e mulatos livres *improvisado para a missão de defender e preservar a Integridade Nacional e a ordem interna em todo o vasto território do novo Império, que pôde o Brasil enfrentar e vencer as vicissitudes que puseram em perigo a*

37. TAVARES, Aurélio Lyra. *Exército e Nação*. Recife, UFPE, 1965, p. 42.

sua Integridade no século da Independência".

Gilberto Freire, talvez o primeiro entre nós a estudar, em *Casa Grande e Senzala*, a magnífica contribuição cultural do negro brasileiro, assim sintetizou o papel do Exército e das Forças Armadas do Brasil, na valorização do homem brasileiro, nele incluído o negro:

"A melhor lição das Forças Armadas do Brasil às demais é esta: a da valorização do homem e não apenas do equipamento, e a da valorização do todo e não apenas parte de seu elemento humano; do soldado e não apenas do oficial".³⁸

Caxias Liberta Lanceiros Negros Farrapos

Em 1º de março de 1842, em Ponche Verde, o Barão de Caxias recebeu 120 ex-escravos que lutaram, particularmente como lanceiros, pela causa da República Rio Grandense (1826-45) e ao preço da conquista da liberdade.

Caxias deu cumprimento à cláusula IV do convênio que ele fez e manteve com os republicanos farrapilhas: "São livres e como tais reconhecidos todos os

cativos que serviram à Revolução".

Ele os recebeu e, para melhor protegê-los, os incorporou aos três regimentos de Cavalaria Ligeira do Exército, estacionados na Província do Rio Grande do Sul.

Assim procedendo, contrariou os escravocratas que queriam que ele cumprisse as Instruções Reservadas (art. 5º) recebidas do Ministro da Guerra, Cel Jerônimo Coelho (Partido Liberal), de 18 de dezembro de 1844, que estabeleciam: "Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes, apresentados, serão remetidos para esta corte, à disposição do Governo Imperial que lhes dará o conveniente destino".

O conveniente destino seria a Imperial Fazenda de Santa Cruz, como escravos estatizados, o que seria uma traição inominável aos republicanos não farroupilhas.

Caxias recorreu ao seguinte artifício, segundo se conclui de Henrique Oscar Wiedersphan:³⁹ aplicou, no caso, um aviso do Ministério da Guerra, de 19 de novembro de 1838, "que assegurava liberdade, com a retirada da Província do Rio Grande, a todos os soldados republicanos

38. TAVARES, Aurélio Lyra. Exército e Nação. Recife, UFPE, 1965, p. 42.

39. WIEDERSPAHN, A Ação Pessoal de D. Pedro II na Pacificação do RGS. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Anais Congresso II Reinado), v.2, 1984, pp. 185-244.

ex-escravos que desertassem de suas fileiras e se apresentassem às fileiras imperiais”.

Considerou que o aviso se aplicava aos lanceiros farrapos e infantes negros que lhe foram apresentados em Ponche Verde. Em consequência, os libertou. E, ao invés de enviá-los ao Rio ou para fora do Rio Grande, os aproveitou como excelentes lanceiros, nos três regimentos de Cavalaria Ligeira do Exército Imperial.

Assim Caxias, sob a inspiração de sentimentos cristãos de justiça e humanidade, e mais os de autêntica brasilidade, sustentou o cumprimento da cláusula IV do Convênio de Ponche Verde que pôs fim à Revolução Farroupilha. Entre cumprir o artigo 5 das Instruções Reservadas que implicava em manter lanceiros negros farrapos escravos (além de enviá-los para Santa Cruz); e libertá-los totalmente, conforme a cláusula IV do Convênio de Ponche Verde, resolveu libertá-los e incorporá-los aos regimentos de Cavalaria Ligeira da Província.

Acreditamos que tenha sido uma solução sábia, e que os lanceiros negros apreciaram conservar suas liberdades no status de excelentes e respeitados soldados da Cavalaria do Exército Imperial do Brasil. Pois soldados excelentes era o que

havam demonstrado ser em quase 10 anos de lutas.

Este é um aspecto oportuno de evidenciar-se na vida e na obra do Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, na oportunidade do Centenário da Abolição. É fato pioneiro, sem dúvida, no ciclo abolicionista antes da Lei Áurea.

Os lanceiros negros, organizados como tropa de 1ª Linha da Revolução Farroupilha, e depois República Rio-Grandense, eram integrados por negros libertados pela Revolução, com a condição de lutarem como soldados pela causa. Eram ex-escravos de republicanos e de imperiais.

O General Gervásio Artigas, do Uruguai, já havia usado esse expediente e a Argentina contou com negros nas suas guerras da Independência.

Os lanceiros negros foram recrutados na atual Zona Sul do Rio Grande do Sul, entre escravos campeiros e domadores, homens que amavam a liberdade, acostumados que estavam a movimentarem-se dentro dos horizontes das cochilhas gaúchas, nas lides da pecuária.

Tornaram-se excelentes combatentes de Cavalaria. Entregavam-se ao combate com grande denodo, por saberem, como verdadeiros filhos de liberdade, que esta, para si e seus irmãos de cor, ex-escravos,

e seus libertadores, estaria em jogo em cada combate.

Manejavam com grande mestria sua arma predileta, a lança, que usavam mais longas que o comum.

Com essas características e instrução adequada para o combate, foram usados como tropa de choque, uso hoje reservado aos blindados.

Eram, além de rústicos, disciplinados. Faziam a guerra à base de recursos locais. Comiam se houvesse alimento disponível e dormiam em qualquer lugar. Grande número deles montava a cavalo, sem arreios ou em pêlo, na expressão consagrada no Rio Grande do Sul.

Eram hábeis no uso de baileadeiras como arma de guerra, principalmente para abater um inimigo fora do alcance de sua lança, quer em fuga, quer manobrando para colocar-se em melhor posição tática.

Eles foram formados em um Corpo de Lanceiros, em 5 de agosto de 1936, em Pelotas, por inspiração do tio de Caxias, Major João Manoel de Lima e Silva, então Comandante-das-Armas da Revolução Farroupilha e, pouco mais tarde, primeiro general da República Rio-Grandense.

Essa tropa, que foi batizada

1º Corpo de Lanceiros da República Rio-Grandense, prestou a esta assinalados serviços.

Lanceiros negros participaram como principal força à disposição de Davi Canabarro, na expedição a Laguna, em julho de 1839, da qual resultou a proclamação da efêmera República Juliana.

Antes, em 30 de abril de 1838, no combate do Rio Pardo, a maior vitória farrapa, eles cumpriram decisivo papel.

Aliás, nesse dia, a República Rio-Grandense fez prisioneiro o maestro da banda do 1º Batalhão de Caçadores, o mais tarde famoso em Porto Alegre, Joaquim Mendanha, por sua distinção e pela consideração que lhe era tributada, inclusive, por seu amigo, Barão de Caxias.

O maestro, e, mais tarde, comendador Mendanha, preso pela República, compôs, a pedido de autoridades, o Hino da República Rio-Grandense que, desde a Proclamação da República, foi transformado em hino do Estado do Rio Grande do Sul.⁴⁰

Na surpresa imperial de Porongos, quase ao final da Revolução Farroupilha, muitos lanceiros negros juncaram o campo de batalha com seus corpos, em resistência titânica. Assim, as-

40. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Comendador José Joaquim Mendanha m: Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS. Porto Alegre, IEL, 1975. pp. 287-290.

seguraram condições para que a revolução não terminasse ali, subjugada pela força das armas, e tivesse fôlego para resistir até a Paz de Ponche Verde, em 1º de março de 1845, e negociar uma paz honrosa que, inclusive, graças a Caxias, lhes assegurou a liberdade.

Um lanceiro negro farroupilha foi imortalizado no Museu de Bolonha na Itália, em pintura que é reproduzida no *Atlas Histórico e Geográfico* do Ministério de Educação e Cultura, edição de 1966.

Foi por certo lembrando, inclusive, os lanceiros negros farroupilhas que Caxias incorporou ao Exército Imperial, em 1845, e que lutaram com Giuseppe Garibaldi na expedição a Laguna, que este escreveu mais tarde em suas *Memórias*:

"Eu vi batalhas mais disputadas, mas nunca em nenhuma parte homens mais valentes, nem lanceiros mais brilhantes do que os da Cavalaria Rio-Grandense, em cujas fileiras comecei a desprezar o perigo e a combater pela causa sagrada dos povos".

Foi de inspiração do Coronel José Mariano de Mattos, mulato Ministro da Guerra da República

Rio-Grandense e mais tarde Ministro do Império do Brasil, a bandeira da República Rio-Grandense (1836-45).⁴¹

O Negro nas Guerras Cisplatinas (1825-28)

Em 1825, quando mal se refazia do esforço de guerra da Independência no Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina, o Brasil teve de voltar-se para fazer frente a uma invasão do atual Rio Grande do Sul, por tropas argentinas e orientais ao comando do General Carlos Alvear. Dessa guerra surgiu a independência do Uruguai.⁴²

Foi necessário alforriar-se muitos negros e descendentes, para ingresso não só na 1ª linha do Exército, como nas Milícias.

O General Francisco de Paula Cidade, em *O Soldado de 1827*,⁴³ referiu a certa altura:

"... que testemunhas oculares da guerra Cisplatina e vários escritores platinos afirmam que argentinos e uruguaios na batalha de Passo do Rosário enfrentaram principalmente batalhões de alemães e negros".

Os alemães integravam o 27º Batalhão de Alemães e os

41. BENTO, Cláudio Moreira. Cel. Autoria dos Símbolos do RGS. Recife UFR, 1971.

42. IDEM. Estudo Militar dos Fatores da Decisão em Passo do Rosário. A Defesa Nacional nº 672, 1977.

43. CIDADE, Francisco de Paula. Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira, Rio, Bibliex, 1989 e o soldado de 1827, p. 15.

negros, basicamente, a Infantaria do Exército Imperial do Brasil.

Nessa indecisa batalha, toda a Infantaria argentina era composta de negros veteranos das guerras da Independência da Argentina. Nela, literalmente predominaram, na Infantaria, tropas de 1ª linha do Rio de Janeiro.

Paula Cidade, depois de admitir em seu estudo a presença expressiva do negro e descendentes na Guerra Cisplatina, assinalou na obra citada:

"E foi essa massa aparente informe, de um povo em formação, composta de negros, mulatos, mulatos claros, quase brancos e brancos que, nos campos do Passo do Rosário, atendendo à voz firme de seus chefes, salvou a honra de nossas armas e a integridade do Império do Brasil".

O Negro na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52)

Em 1851, o Império do Brasil entrou em guerra contra os ditadores Oribe, do Uruguai, e Rosas, da Argentina, tendo como aliado o caudilho argentino Urquiza, comandando forças das províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios.

O epílogo da guerra foi a derrota das forças do ditador Rosas, em Monte Caseros, próximo a Buenos Aires, por forças argentinas e orientais comandadas por Urquiza, com apoio de uma Divisão Brasileira, ao comando do General Manoel Marquês de Souza (III) e Conde de Porto Alegre. Dessa divisão fazia parte do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, ao comando do Tenente-coronel Manoel Luiz Osório e integrado por um puguilo de ex-lanceiros negros farrapos a ele incorporados, em 1º de março de 1845, em Ponche Verde.

O Brasil contratou então, na Prússia, uma Legião Prussiana composta de pessoal e material de um batalhão de Infantaria, um batalhão de Artilharia e duas companhias de Pontoneiros numerando cerca de 2.000 homens.⁴⁴

Da Unidade de Infantaria fazia parte o Capitão Eduardo Síber, que mais tarde escreveu, na Alemanha, um livro que foi traduzido por Alfredo de Carvalho, com o nome de *Retrospecto da Guerra contra Rosas* e publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

(Tomo 78, parte 1ª; 1915, pp. 377-529).

44. BENTO, Cláudio Moreira. Cel. Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS. Porto Alegre, IEL 1975.

Sobre o negro e descendentes, Síber fez as seguintes observações:

"A escravidão foi extinta no Uruguai com a Independência.

"A totalidade de sua população negra, que na verdade nunca foi tão numerosa como na Província do Rio Grande de São Pedro (atual RS), foi quase inteiramente aniquilada.

"Os pretos livres tomaram parte, como soldados, nas prolongadas guerras civis e nelas sucumbiram na maioria".

Sobre a constituição do Exército Imperial do Brasil, temos importante depoimento de Eduardo Síber, que corrobora o que temos afirmado. Escreveu ele, a certa altura:

"A Infantaria é negra. A Artilharia é branca e negra e a Cavalaria predominantemente branca."

E prossegue, definindo o Exército Imperial:

"... O Brasil mantém um Exército permanente, relativamente considerável, no qual se notam, principalmente, homens negros livres e mulatos e índios alistados, ou antes, recrutados...

"Aqui se perfila um negro, com sua chata e inexpressiva fisionomia africana, entre um feio mulato amarelo e um índio acobreado..."

Para Síber, europeu e seguramente preconceituoso, aquilo era "uma repugnante mistura de

raças". Mais adiante não nega, e pelo contrário, ressalta o valor do soldado brasileiro, ao escrever:

"... Homens altos e baixos, velhos e moços, indivíduos esbeltos e outros curvados pelo antigo labor de escravo, formam ali, um ao lado dos outros, na mesma fila.

"E, no entanto, estes pseudo-soldados são admiráveis em suportar privações, quer em marcha quer acampados.

"Possuem uma rijeza de corpo, uma tasciturna e indolente docilidade e uma sobriedade para comer e beber que os credenciam a transpor as vastas paragens desertas da América Meridional, sem que jamais lhes ocorra indagar para onde são conduzidos ou o motivo real que se lhes obriga marchar."

Síber julgava o soldado do Exército Imperial do Brasil dentro dos padrões europeus, fora da realidade sul-americana a que ele não conseguiu adaptar-se nem os seus companheiros prussianos, conforme demonstram estudos específicos.

Continuando suas considerações sobre a presença de negro no Exército Imperial, ele diz:

"Considerando-se que as populações negra e mulata preponderam nas províncias brasileiras do Norte, não se surpreende que toda a Infantaria seja recrutada nessas paragens,

ao passo que a Cavalaria é principalmente recompletada no Sul, onde também se encontram suficientes reservas de homens brancos, para poder prescindir mais ou menos de homens negros”.

É Síber que nos fornece a pista sobre a consideração que Caxias dispensava aos seus soldados.

Ao término da Guerra, Caxias, em Jaguarão, despediu-se do Exército para seguir, por sinal muito doente, para a Corte. Sobre isto escreveu Síber:

“Depois que o Conde de Caxias se despediu de seus companheiros e amigos negros, mulatos e amarelos, seguiu viagem para Pelotas”.

Caxias sempre teve consideração por seus soldados independente de cor, e a recíproca também era verdadeira.

Um Precursor Abolicionista do Exército

Foi Ajudante-General do Exército ao comando de Caxias nessa guerra o Coronel José Mariano de Mattos, um mulato.

Ele era comandante efetivo do Exército, pois Caxias possuía outras funções como Comandante-em-Chefe, relacionada com o governo brasileiro, governos e exércitos aliados.

José Mariano fora o oficial mais preparado da Revolução

Farroupilha. Coursara sete anos da Escola Militar do Largo do São Francisco.

Foi a segunda pessoa do governo da República Rio-Grandense (1836-44). Depois foi Vice-Presidente, presidente interino e Ministro da Guerra da referida República e um dos seus maiores cérebros. Ascendeu à condição de Ministro da Guerra do Império em 1864.

Nós o estudamos no *Diário Popular* de Pelotas, de 20 de setembro de 1985, comemorativo do sesquicentenário do início da Revolução Farroupilha. Oficial do Exército Imperial, ele se insere como pioneiro abolicionista no Brasil, mesmo antes da libertação, em Ponche Verde, pelo então Conde de Caxias, dos 120 soldados negros farroupilhas atrás mencionados.

O gesto precursor abolicionista do então Coronel farrapo José Mariano de Mattos teve lugar em Alegrete—Rio Grande do Sul, por ocasião da reunião da Assembléia Constituinte da República Rio-Grandense, ali realizada em 1842. José Mariano, como líder da maioria, apresentou projeto de abolição da escravatura na República Rio-Grandense, que deveria seguir os exemplos das repúblicas vizinhas do Uruguai e da Argentina, onde havia muito a escravidão fora abolida. José Mariano teve seu projeto rejeitado, por

eficaz ação da minoria liderada por Vicente da Fontoura, a cujos escritos se deve o conhecimento da condição de descendente de negros do carioca José Mariano.

O álbum *Uniforme do Exército Brasileiro* retrata muitos soldados negros e mulatos em reconhecimento a essa realidade do Exército.⁴⁵

Um Historiador Negro da Guerra Contra Oribe e Rosas

A guerra de 1851-52 encontrou seu historiador no negro Major Ladislau dos Santos Titara, segundo o General Francisco de Paula Cidade "um homem de cor, provavelmente mestiço, ...que foi para sua época, inegavelmente, um soldado culto, cheio de serviços ao país."

Sua obra intitula-se: *Memória do Grande Exército Aliado, Libertador do Sul da América na Guerra de 1851 a 1852 e dos Acontecimentos mais Notáveis que a Precederam*. Este trabalho foi editado em Porto Alegre, em 1852, pela Tipografia B. Berlink.

Titara era natural da Bahia. Tornou-se incomparável preservador de fontes da História, ao publicar as da guerra contra Oribe e Rosas, em 1852, tão logo ela terminou.

Titara é o patrono da cadeira nº 40 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e sua obra é estudada por Paula Cidade em *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira* (Rio, Bibliex, 1959).

É possível que Titara, através do Ajudante-General do Exército José Mariano de Mattos, tenha tido acesso às fontes que preservou.

O Negro na Guerra do Paraguai (1865-70)

De 1865 a 1870, o Império do Brasil e as repúblicas do Uruguai e da Argentina formaram a Tríplice Aliança que moveu guerra ao ditador Solano Lopes.

Nela, a presença do negro e descendentes brasileiros foi expressiva, conforme testemunhos insuspeitos dos aliados e dos paraguaios. Os últimos chegaram a exagerar, por generalização, em obras ultra-pragmáticas como *Rugidos de Leões*, editada no Paraguai, onde todos os soldados brasileiros são apresentados como negros, inclusive o cabo Chico Diabo, sabidamente branco, ao passo que os soldados paraguaios o são como tipos europeus.

Fotos da Guerra do Paraguai,

45. BARROSO e RODRIGUES. Uniformes do Exército, Paris, Ministério do Exército, 1922, p. 62.

existentes na Biblioteca Nacional, e 46 gravuras do pintor argentino Cândido Lopes documentam a presença expressiva do negro e descendentes brasileiros no esforço da guerra.

A obra *O Negro e Descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul* (P. Alegre, IEL, 1975) publica, na página 204, uma foto de três peças da Artilharia Brasileira, no ataque a Humaitá, de 16 de julho de 1868, guarnecidas por soldados negros.

A presença do negro foi de tal monta nessa guerra que, na Bahia, eles organizaram uma unidade de Voluntários da Pátria denominada Zuavos da Bahia.

Os Voluntários da Pátria - Zuavos da Bahia

Era unidade composta só de homens negros. Seus vistosos uniformes, segundo Gustavo Barroso, lembravam os dos zuavos franceses da Argélia.

Eles vieram para o teatro-de-guerra em maio de 1865, no navio "São Francisco" (antigo "Cotopaxi", americano), em número de duas companhias. Com eles, o ilustre 1º Ten de Enge-

nheiros André Pinto Rebouças, da Comissão de Engenheiros do 2º Corpo de Exército ao comando de Osório.⁴⁶

André Rebouças, após sair do Exército depois de um ano na Campanha do Paraguai, aliou-se, em 1880, a Joaquim Nabuco e veio a tornar-se um dos maiores abolicionistas, com participação relevante na causa de libertação dos negros no Brasil. O fato de haver seguido para a guerra em companhia de seus irmãos de cor e co-provincianos baianos é muito significativo.

A despedida dos zuavos no Rio de Janeiro contou com o prestígio das presenças de D. Pedro II e do Ministro da Guerra Angelo Ferraz, mais tarde Barão de Uruguaiana.⁴⁷

Eles se encontrariam com o Imperador cerca de 4 meses mais tarde, por ocasião do sítio e rendição dos paraguaios, em Uruguaiana, de cujo dispositivo fizeram parte.⁴⁸

Cândido Lopes, ao focalizar o acampamento de Curuzu, após conquistado pelos paraguaios, focalizou alguns grupos de zuavos da Bahia entre as tropas. Eles tiveram papel destacado na conquista das trinchei-

46. SANTOS, Sidney, M.G. de André Rebouças e seu tempo, p. 54.

47. IDEM.

48. FRAGOSO, Augusto Tasso, Gen. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio, Bibliex, 1957, v. 2, p. 232.

ras de Curuzu, segundo Arthur Ramos, em *O Negro como Soldado*.

Os zuavos integraram, no início da guerra, cerca dos 57 Batalhões de Voluntários da Pátria, os quais, com as baixas ocorridas durante a guerra foram se fundindo e se reduziram a 19. Assim, logo após os primeiros embates, a tropa de zuavos foi sendo incorporada às outras, depois de dissolvidas por Osório.

O Conde D'Eu em seu livro *Viagem Militar do Rio Grande do Sul em 1865*, escreveu sobre os zuavos da Bahia:⁴⁹

"É a mais linda tropa do Exército Brasileiro. Compõe-se unicamente de negros. Os oficiais também são negros; e nem por isso piores oficiais, pelo contrário. Conversei propositamente muito tempo com eles. Estavam a par de todos os pormenores do serviço e orgulhosos do seu batalhão."

Recrutamento de Escravos Libertos para a Guerra

Com o decorrer do conflito, dizimadas ou neutralizadas em ações de combate, ou em função da cólera-morbo e do tifo, as fileiras do Exército e dos Voluntários foram se reduzindo

a níveis críticos, particularmente ao final da guerra, na Campanha da Cordilheira.

Foi usado então o seguinte artifício: Os ricos senhores de escravos, em troca de títulos imperiais, forneciam escravos seus para ingressarem como homens livres no Exército Imperial em Operações contra o Paraguai.

A respeito, a *Semana Ilustrada* do Rio de Janeiro publicou, na época, várias gravuras estimulando esse tipo de recrutamento.

Numa delas, apresenta o comendador Mathias Roxo e seus filhos Augusto e Frederico frente ao Imperador D. Pedro II, oferecendo, já fardados, um grupo de soldados ex-escravos com a legenda "Eles fazem de seus escravos cidadãos e dos cidadãos soldados".

O Império Brasileiro, com esse tipo de recrutamento, libertou 4.749 escravos para ingressarem no Exército Imperial.

O General Augusto Tasso Fragoso, autor da mais completa história dessa guerra, sob o título: *A História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* (Bibliex, 1956-60, 5v), comenta, a certa altura de sua monumental obra, indexada

49. Recentemente reeditada pela USP, em S. Paulo, segundo informação do Príncipe D. Pedro Orleans e Bragança.

pelo Major Francisco Ruas Santos:

"O Brasil foi acusado por libertar grande número dos seus escravos e levá-los para a guerra.

"O fato é real. Devemos envergonhar-nos menos disso, do que ainda conservarmos nesta época inúmeros de nossos compatriotas sujeitos ao cativeiro.

"O Império libertou 4.745 para ingressarem no Exército" (ver quadro específico aqui publicado).

Isto, muito antes de ser uma humilhação ao Exército Brasileiro, resultou em esta instituição tornar-se, segundo o autor citado, "no maior aliado da população negra e mulata escrava, com vistas a sua emancipação total".

Outra forma aceita era a de enviarem-se escravos libertados para combaterem no local de outrem, como substitutos. Esses casos foram em número de 1.667, sobre os 4.745 acima citados.

São Paulo enviou 504 substitutos; o Rio de Janeiro 345; o Rio Grande do Sul 305 e a Corte 238. A Corte, atual cidade do Rio de Janeiro, mais a então Província do Rio de Janeiro, enviaram, juntas, 583 substitutos. As Províncias do Norte e Nordeste enviaram poucos substitutos. A recordista foi Pernambuco com 55. A Bahia só enviou 18.

A substituição era da competência do Governo Imperial. Assim sendo, Caxias devolveu ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul dez libertos que ele enviara em substituição a praças de diversos corpos. Caxias é louvado por seu gesto. Mais adiante, o próprio Presidente da Província reconheceu que os pretensos substitutos não possuíam as qualidades precisas para combatentes em tempo de guerra e, assim, substituir soldados do Exército.

Isto é o que se infere da Ordem do Dia nº 263 do Comandante-em-Chefe, Marquês de Caxias, de todas as Forças Brasileiras em Operações contra o Paraguai, com o seu Quartel-General em Surubi-hi, em 16 de novembro de 1868.

A propósito da participação dos negros nos Batalhões de Voluntários da Pátria e depois como alforriados destinados ao Exército, assim escreveu o grande abolicionista Joaquim Nabuco que encontrou, em André Rebouças, um grande soldado desta causa:

"A Guerra do Paraguai é a melhor prova do que a escravidão fez do patriotismo das classes que a praticavam e do patriotismo dos senhores.

"Muito poucos desses deixaram os seus escravos, para atenderem aos interesses do país.

NEGROS QUE CONQUISTARAM SUA LIBERDADE COM A CONDIÇÃO DE LUTAR PELO
BRASIL NA GUERRA DO PARAGUAI (1865/70)

CATEGORIA DA ALFORRIA PARA INGRESSO NO EXÉRCITO	ESCRAVOS LIBERTOS, POR PROVÍNCIA, PARA IREM PARA A GUERRA																				TOTAL POR CATE- GORIA	
	ALAGOAS	AMAZONAS	BAHIA	CEARÁ	CORTE (GB)	ESP. SANTO	GOIÁS	MARANHÃO	M. GROSSO	M. GERAIS	PARÁ	PARAÍBA	PARANÁ	PERNAMBUCO	PIAUI	R.G. NORTE	R.G. SUL	R. JANEIRO	S. CATARINA	S. PAULO		SERGIPE
LIBERTOS PELA NAÇÃO	-	-	-	-	274	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	287
LIBERTOS PELA CASA IMPERIAL	-	-	-	-	67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67
LIBERTOS POR CONVENTOS	-	-	12	27	27	-	-	16	-	-	17	8	-	9	-	-	-	-	-	6	-	122
LIBERTOS PELO GOVERNO	1	1	248	118	960	11	-	113	-	3	1	42	-	66	164	-	15	-	-	-	30	1773
LIBERTOS POR PARTICULARES	35	-	12	1	630	-	-	27	-	15	2	-	4	10	1	2	37	1	1	45	10	833
LIBERTOS PARA SUBSTITUIR OUTREM NA GUERRA	1	-	18	2	238	5	-	1	-	25	32	1	12	55	-	-	305	345	123	504	-	1667
TOTAL	37	1	290	148	2196	16	-	157	-	43	65	51	16	140	165	2	357	346	124	555	40	4749

FRAGOSO. História da Guerra entre a Tríplice...

Rio, Bibliex, 1960, v 5 pg. 260 - 5.

"Muitos alforriaram alguns negros para serem, eles, titulares do Império.

"Foi nas camadas mais necessitadas da população, descendentes de escravos na maior parte, nestas mesmas que a escravidão condena à dependência e à miséria, entre trabalhadores analfabetos cuja emancipação ela adiou indefinidamente, é que se sentiu bater o coração de uma nova pátria.

"Foram elas que produziram os soldados dos Voluntários da Pátria".⁵⁰

Heroísmo e dedicação do soldado negro

Dos 111.655 brasileiros que participaram da Guerra do Paraguai, segundo Tasso Fragoso, expressiva percentagem era de negros e seus descendentes.

Essa participação deu-se inclusive na Cavalaria da Guarda Nacional das Missões, a concluir-se de Dionísio Cerqueira, em trecho de suas *Reminiscências da Guerra do Paraguai*:

"Alguns soldados de lábios grossos, dentes alvos, maçãs do rosto salientes, nariz achatado e cabelos cacheados, caindo sobre os ombros, e um e outro ne-

gro. Parecia uma cabila de guerreiros da Mauritània".⁵¹

Arthur Ramos, que melhor estudou a contribuição do negro nessa guerra, afirmou:

"O negro teve brilhante atuação. Os batalhões negros distinguiram-se pelos seus atos de bravura, principalmente nos assaltos de Infantaria à baioneta..." E cita:

"Comovente foi o gesto do corneteiro negro Jesus, a quem foi mandado dar o toque de avançar. Antes que começasse a executá-lo, foi atingido por uma granada que lhe inutilizou os braços. Mesmo assim, caído no chão e sustentando a corneta com os lábios e pressionada sob um ponto firme do chão, executou em tempo hábil o toque de avançar até desfalecer para morrer pouco após".⁵²

Dionísio Cerqueira testemunhou a valentia de um descendente de negro, o Capitão Folião, ou Capitão Manoel Rodrigues Macedo. Ele jurara laçar um trem paraguaio pela chaminé, quando ele aparecesse próximo de Luque para disparar seus canhões sobre os brasileiros.

"Quando o trem voltou ele saiu em disparada em seu cavalo tordilho, mas ficou decep-

50. NABUCO, Joaquim. *Abolicionismo*. pp. 218-219.

51. CERQUEIRA, Dionísio, *Reminiscências*, pp 402-403, 1956

52. Citado na fonte 4.

cionado de não tê-lo conseguido. Ele era um dos ajudantes-de-ordens do Brigadeiro Andrade Neves. Costumava laçar adversários e arrastá-los ao galope”.

Era comum a presença da mulher e, principalmente, da mulher negra lutando com seus maridos. A mulher cuidando da atividade-meio e o homem encarregado da atividade-fim.

Assim o citado Dionízio Cerqueira contou o caso do soldado negro Anselmo Pureza, que costumava cantar, quando trabalhava:

“Arrenego da vida solteira
Sempre deve casar o soldado
Deixar de fazê-lo é ser tolo
E por gosto perder bom bocado
Deve sempre o soldado cuidar
Em o cano da arma limpar
Para não se enferrujar
A mulher trata tudo com mimo
Traz a chapa limpa com ouro
E a boneca de cera trabalha
Pra pulir esta coisa de oiro”.

Negros amigos de Taunay e Dionízio Cerqueira

A concluir-se dos brilhantes escritores militares Visconde de

Taunay e Dionízio Cerqueira, testemunhas cronistas e atores dessa guerra, grande parte dos oficiais possuíam bagageiros e ordenanças negros.

Taunay escreveu, ao referir-se à dedicação do soldado negro Manoel Faria, camarada do seu companheiro Chichorro da Gama e colega, na Comissão de Engenheiros, de André Rebouças:

“Era incansável, sempre ao lado e à cabeceira do seu desventurado oficial. Entretanto, oh raça negra capaz de tantos sacrifícios! Esse homem tanto tivera que sofrer por causa do próprio Chichorro.”⁵³

Alfredo de Taunay refere-se ao seu excelente camarada, o negro Floriano Alves dos Santos, que o “servia com extrema dedicação e de quem jamais teve o menor motivo de queixa ou desgosto”.⁵⁴

Tendo o camarada Floriano adoecido, “apresentou-se em seu lugar, nas funções de camarada, Jatobá, negro possante, caminhador incansável e soldado do 21º Batalhão de Infantaria.

“Com efeito não deu má cópia de si, mas certamente não tinha os desvelos, a presteza e as habilitações do meu Floriano”.⁵⁵

53. TAUNAY. Memórias. São Paulo. Edições Melhoramentos, 1946, pp. 214.

54. IDEM. pp. 238.

55. IDEM, pp. 232.

Dionízio Cerqueira refere-se, em suas citadas *Reminiscências da Guerra do Paraguai*, a seus dois amigos fiéis, Antônio Faustino, bagageiro, e Francisco Antônio, seu camarada, no batalhão ao comando do mais famoso e intrépido comandante de unidade nessa guerra, o Coronel Antônio Tibúrcio de Souza, que mais tarde terá lugar de destaque no abolicionismo no Ceará, a primeira província a libertar seus escravos.

Antônio Faustino fora ferido gravemente, em Estabelecimento, e Francisco Antonio, em Lomas Valentinas. Deles disse o baiano Dionízio, mais tarde Ministro da Guerra, na República:

"Antônio Faustino e Francisco Antônio eram valentes criolos e meus amigos dedicados".

Ao seu grande amigo e camarada, soldado Antônio Faustino, o mais tarde General Dionízio Cerqueira dedicou, em suas célebres e bastante citadas *Reminiscências*, as últimas palavras das mesmas e a sua maior homenagem:

"Quando entrei em sua sapataria, achei-o pondo tombas (remendos) num sapato e assobiando em surdina o Hino Nacional. Morreu pouco após.

"Minha mãe mandou deposi-

tar em seu caixão uma coroa de sempre-vivas, com a legenda: Saudades do seu amigo, e, na outra ponta da fita lia-se meu nome Dionízio Cerqueira".⁵⁶

É de se deduzir que amizades como essas entre negros e brancos, como as personalizadas pelos dois maiores memorialistas da guerra, tenham se repetido milhares de vezes. Eram amizades de molde a ferir a sensibilidade dos brancos e convencê-los da necessidade de abolir a escravidão no Brasil.

Segundo o ilustre historiador do Rio Grande do Sul, Arthur Ferreira Filho, durante o prolongado conflito do Paraguai, negros e descendentes haviam lutado ombro a ombro com os brancos e revelado ótimas qualidades militares, espírito de sacrifício, bravura e alto sentimento de compreensão na defesa da Pátria Comum.⁵⁷ E isso, por certo, não passou despercebido na memória pós-guerra dos combatentes brancos e, principalmente, chefes militares.

Como se verá, foi dos campos do Paraguai que sopraram definitivamente os ventos da liberdade para os escravos do Brasil. Ventos soprados pela bravura, pelo heroísmo, pelo patriotismo, pela dedicação, pelo sangue vertido e pelas vidas

56. IDEM Nota (52), p. 345.

57. História do RGS. Porto Alegre, Globo, 1956, p. 112.

imoladas de negros e descendentes livres, muitos ex-escravos que lutaram lado a lado, ombro a ombro, com os brancos e pardos numa longa, penosa e sofrida guerra, em defesa da Soberania e integridade da Pátria Comum, o Brasil.

Foi a partir da Guerra do Paraguai que o abolicionismo começou a ganhar força. Ele intensificou-se a partir de 1879, com a atuação parlamentar de Jerônimo Sodré, logo secundada por Joaquim Nabuco e outros próceres, como André Rebouças, veterano dessa guerra.

Foi no ano em que falecia o Marechal - de - Exército Manoel Luiz Osório, grande herói da Guerra do Paraguai. Ano também em que Caxias, muito doente, estava recolhido à Fazenda Santa Mônica, em Valença, onde veio a falecer em 7 de maio de 1880.

Outros líderes do Exército que sucederam a Osório e a Caxias - o Marechal-de-Exército José Antônio Correia da Câmara e o Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca, participaram de campanha abolicionista. O primeiro da tribuna do Senado e, o segundo, como Presidente do Clube Militar, que assinou petição à Princesa Izabel, decisiva para tornar irreversível a promulgação da Lei Auréa, em 13 de maio de 1888.

O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Vimos, nas partes precedentes, que uma maneira de o negro escravo conquistar a liberdade era através do ingresso no Exército, como soldado.

Os próprios 120 lanceiros negros a que o então Barão de Caxias assegurou pessoalmente a liberdade, em Ponche Verde, Província do Rio Grande do Sul, em função de cláusula que convencionou com os revolucionários farroupilhas, mantiveram esta liberdade intocada com o *status* de soldados do Exército Imperial.

Vimos contingentes enormes de negros, numerando mais de quatro milhares, conquistarem a liberdade para ingressarem como livres no Exército, na Guerra do Paraguai.

Veremos agora alguns fatos marcantes da adesão do Exército à causa abolicionista.

A Sociedade Libertadora de Escravos de Porto Alegre

Um fato marcante e pioneiro dentro da campanha abolicionista ocorreu em Porto Alegre, quando o General Manoel Marques de Souza e Conde de Porto Alegre, sugeriu, em 25 de agosto de 1865, quase ao final da Guerra do Paraguai, a criação da Sociedade Libertadora

de Escravos, cuja presidência lhe coube, no âmbito do Parthenon Literário, entidade cultural pioneira da Província do Rio Grande do Sul, fundada por 70 intelectuais gaúchos.⁵⁸

O Parthenon foi fundado pelo General Marquês de Souza, que havia assistido, em Ponche Verde, a entrega dos 120 lanceiros negros, dos quais incorporou alguns no Regimento de Cavalaria Ligeira subordinado ao seu comando. Ele também comandara a Divisão Brasileira que lutou em Monte Caseros, em 2 de fevereiro de 1852, contra Rosas e o 2º Corpo do Exército, em Curuzú e Curupaiti. Em Curuzú se destacaram os zuavos da Bahia e, em Curupaiti, entre as cerca de mais de 4 milhares de baixas, expressiva parte foi de heróicos brasileiros negros e descendentes, que ali ajudaram a alicerçar, com suas vidas, o futuro do Brasil.

A sociedade presidida pelo Conde de Porto Alegre destinava-se a libertar crianças escravas. Ela foi a primeira sociedade no gênero, acreditamos, na fase do abolicionismo brasileiro.

Em 20 de março de 1870, decorridos vinte dias do término da Guerra do Paraguai, foi instalada a Sociedade Emancipadora de Escravos da Capital do

Império, cerca de sete meses após a de Porto Alegre, sugerida e presidida pelo heróico General Manoel Marques e Conde de Porto Alegre.

Sua atitude deve ter provocado reações como a seguinte, ocorrida em Canguçu-RS: Quando do retorno das tropas dessa cidade, ao comando do Tenente-Coronel Theophilo de Souza Mattos, que fora comandado do Conde de Porto Alegre, no 2º Corpo do Exército, um grupo abolicionista local promoveu cerimônia pública ocorrida no, desde então, cerro da Liberdade, onde deram liberdade a duas escravas menores. O orador da cerimônia foi Antônio Joaquim Bento, orador da Maçonaria local e professor régio,⁵⁹ que assinalou que "as tropas locais vindas da longa guerra não poderiam receber melhor acolhida do que com aquele gesto libertário de duas escravas menores."

A Reunião da Loja Maçônica Fé

Não se pode precisar quando oficiais do Exército fundaram durante a Guerra do Paraguai a Loja Maçônica Fé, em Assunção.

58. Transcrito na fonte citada na Nota (4), p. 240.

59. Transcrita na fonte citada na Nota (4), p. 245.

Sabe-se, no entanto, que em 1870, por ocasião da visita a Assunção, do Visconde do Rio Branco, na qualidade de representante do Governo do Brasil, junto a suas forças em operações no Paraguai, a Loja Maçônica Fé loca, integrada por Oficiais do Exército e da Marinha, se reuniu em sessão magna em honra ao Visconde do Rio Branco, que havia sido eleito Grão-Mestre da Maçonaria no Brasil.

Nessa sessão, falou o orador da loja, o Major de Infantaria do Exército Felipe Neri Monteiro que, então, apelou ao Visconde do Rio Branco, detentor de altíssimas funções no Governo do Brasil e na Maçonaria Brasileira:

"Libertamos um povo, mas em nossa pátria geme ainda, na escravidão, um sem número de homens que nasceram no mesmo solo abençoado em que nós nascemos e que são tão brasileiros como qualquer de nós é brasileiro.

"Vossa posição social, preclaríssimo Grão-Mestre, vossas luzes e vosso extremado patriotismo podem fazer com que, para esses infelizes, raie também o sol da liberdade.

"É uma empresa digna de vossas virtudes patrióticas, de vossos sentimentos generosos."

Respondendo ao apelo do Major Felipe Neri, orador da

Loja, o Visconde do Rio Branco prometeu:

"Asseguro solenemente que empenharei todas as minhas forças para que triunfe quanto antes esta causa, que é da Humanidade e também a causa do verdadeiro interesse e futuro engrandecimento de minha Pátria."

O apelo da Loja Maçônica Fé ao Visconde do Rio Branco frutificou em 28 de setembro de 1871, quando foi sancionada a Lei do Ventre Livre, por ele apresentada e defendida com veemência em cumprimento à promessa feita a oficiais do Exército em Assunção, o que mencionou de sua tribuna.

Abolição – Consequência da Guerra do Paraguai

"Pode-se alinhar, entre as consequências da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (ou Guerra do Paraguai) a decisiva contribuição para a emancipação dos escravos do Brasil. Além da motivação apontada havia, na tropa brasileira em campanha, a presença de inúmeros negros alforriados, combatendo ombro a ombro com a elite do Exército. Isso proporcionou a seus oficiais inúmeros ensinamentos. Deu-lhes oportunidade de se inteirar e melhor conhecer os problemas, as dificuldades e as injustiças contra

os negros. Estes homens lutavam tão bravamente quanto os soldados recrutados, os guardas-nacionais e os Voluntários da Pátria que correram pressurosos a se alistarem nos quartéis, às primeiras notícias dos ataques das forças de Lopes", segundo a *História do Exército Brasileiro*.⁶⁰

Segundo Oliveira Lima, "nas fileiras do Exército, como nas tripulações da Esquadra, era comum ver-se a predominância de negros e mestiços de vários tons, além de brancos dos serções".

A partir da Lei do Ventre Livre, segundo ainda a fonte citada, "a participação do Exército Brasileiro foi constante e firme, transformando-se em fator decisivo para o término da escravidão em nosso país".⁶¹

O sentimento abolicionista que soprou dos campos de batalha do Paraguai foi ganhando corpo. Em Fortaleza, o heróico General Tibúrcio Ferreira de Souza se enganhou no processo. O Tenente-Coronel Antônio Senna Madureira recebeu, na Escola de Tiro de Campo Grande, jangadeiros que tiveram ação destacada no Ceará, na libertação antecipada dos escravos. Benjamin Constant foi o maior adversário do traba-

lho servil. Posições semelhantes se observaram em outros membros da 1ª Diretoria e do Corpo Social do Clube Militar, em 1887 e 1888.

Pode-se dizer que a escravidão feria o corpo discente e docente da Escola Militar da Praia Vermelha e, profundamente, o Exército Imperial.

Tornou-se um dos maiores abolicionistas o ex-1º Tenente de Engenheiros do Exército, André Pinto Rebouças, cuja vida e obra no Exército apreciaremos em anexo ao presente trabalho.

Antecedentes imediatos à Petição do Clube Militar à Princesa Izabel

Segundo se conclui de R. Magalhães Júnior, em *Deodoro a Espada contra o Império* (S. Paulo, 1957), o abolicionismo penetrou nos quartéis e lá fez morada. O próprio Marechal Deodoro da Fonseca, já Presidente do Clube Militar, foi candidato a cargo eletivo com apoio, inclusive, da Confederação Abolicionista. Não sendo eleito, ele declarou em manifestação popular que recebeu: "Estou profundamente convencido que a Pátria não poderá atingir os gloriosos destinos a que está

60. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO *História do Exército Brasileiro*, Rio, IBGE/Sergraf, 1972, v.2, p. 669.

61. IDEM p. 670.

fadada, enquanto tiver em seu seio a escravidão”.

Em setembro de 1887, alunos da Escola Naval e da Escola Militar se solidarizaram ao tribuno da Abolição, Joaquim Nabuco, por sua eleição a deputado em Pernambuco. Os alunos da Escola Militar foram punidos por ordem do Ministro da Guerra, Conselheiro Delfino Ribeiro da Luz. Deodoro saiu em sua defesa, tendo declarado na ocasião: “Somente espírito partidário muito feroz ou, o que é mais triste, o baixo desejo de agradar e chamar a atenção, podiam enxergar crime nesse ato que é permitido a todo o cidadão e não foi ainda proibido ao soldado”.

Joaquim Nabuco, em defesa do Exército contra sua utilização pelo governo na captura de escravos, proclamou: “A escravidão ainda se reflete sobre o modo pelo qual o governo trata o Exército Brasileiro. O governo está empregando o nosso Exército em um fim completamente estranho a tudo o que há de mais nobre para o soldado. O Governo está empregando soldados brasileiros como capitães-do-mato na pega de negros fugidos! Existe profissão mais honrosa do que a do soldado? Existe profissão mais degradante do que a de capitão-do-mato?”

O Clube Militar e a Abolição

Todos os antecedentes apresentados, como amostragem, criaram o clima e o momento ideais para que o Clube Militar, em 26 de outubro de 1887, quando completava quatro meses de existência, enviasse a seguinte petição à Princesa Isabel — petição eloqüente por si só e que dispensa comentários. Dela transcrevemos, com grafia atualizada, os seguintes trechos:

“Senhora!

“Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem, a Vossa Alteza Imperial, vênha para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes uma súplica...

“...Esperam que o Governo Imperial não consinta que, nos destacamentos do Exército que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranqüilizar a população e garantir a inviolabilidade nas famílias, os soldados sejam carregados da captura de pobres negros que fogem à escravidão, ou porque viviam já cansados de sofrer os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma.

“Senhora! A liberdade é o maior bem que possuímos sobre a terra. Uma vez violado o direito que tem a personalidade de

agir, o homem, para reconquistá-lo, é capaz de tudo: de um momento covarde, torna-se um herói; ele, que antes era a inércia, se multiplica e se subdivide, e, ainda mesmo esmagado pelo peso da dor e das perseguições, ainda mesmo reduzido a morrer, de suas cinzas renasce sempre mais bela e mais pura a liberdade...

“... Impossível, pois, Senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre.

“Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios da humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de Sua Majestade, o Imperador, vosso augusto Pai, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de saudades, em nome do vosso futuro e do futuro de vosso filho, esperam que o Governo Imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados da sua nobre missão. Eles não desejam o esmagamento do preto pelo branco e não consentiriam também que o preto, embrutecido pelos horrores da escravidão, conseguisse garantir a sua liberdade esmagando o branco.

“O Exército havia de manter a ordem. Mas, diante de homens que fogem calmos, sem ruído, mas tranqüilamente, evitando, tanto a escravidão como a luta, e dando, ao atravessar cidades, enormes exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito muitas vezes a deshonra do Exército mais civilizado, o Exército Brasileiro espera que o Governo Imperial conceder-lhe-á o que respeitosamente pede em nome da humanidade e da honra da própria bandeira que defende.”⁶²

Vejamos, em rápidos traços, os antecedentes abolicionistas de três ilustres militares, Deodoro, Benjamin Constant e Sena Madureira, responsáveis, em grande parte, pela idealização, redação e assinatura dessa célebre petição transcrita que o Clube Militar enviou à Princesa Izabel.

O Marechal Deodoro, signatário da petição, desde 1873, junto com seus irmãos, filhos da espartana brasileira Rosa da Fonseca, haviam em conjunto dado liberdade a todos os escravos da família. Mais tarde repudiou a Abolição como obstáculo do progresso nacional, conforme mencionado. A única medalha que levou ao tú-

62. BENTO, Cláudio Moreira. Cel. O Clube Militar e a Abolição. Revista do Clube Militar. Nº 280, 1988, pp. 45-46.

mulo foi a da Confederação Abolicionista.

Benjamin Constant fora salvo de afogamento no Rio Paraíba, em 1849, por uma bondosa preta escrava. Seu sentimento antiescravagista chegava ao ponto de não aceitar que um escravo lhe entregasse um copo d'água. Ele foi o ideólogo abolicionista no Exército e no Clube Militar.

Em novembro de 1886, por ocasião da morte do grande abolicionista, o Conselheiro José Bonifácio, o Moço, Benjamin Constant suspendeu sua aula de Astronomia, na Escola Normal. Então proferiu palavras de elogio ao Senador, um dos campeões abolicionistas no Parlamento.

Notícia desse fato foi publicada truncada em uma edição da *Gazeta da Tarde*. Esse jornal, em 5 de novembro de 1886, publicou carta de Benjamin Constant esclarecedora, na qual, a certa altura, ele fez a sua profissão de fé abolicionista:

"Não há, a meu ver, cruzada mais nobre, que mais desperte interesse à causa da Humanidade e, portanto, a todos os de espírito e de coração, que esta, de se procurar arrancar ao cativo arbitrário e degradante, mais de um milhão de infelizes sem lar, sem Pátria e sem família, em um século em que o

movimento geral humano se traduz, felizmente, de modo cada vez mais enérgico e acentuado, no sentido da progressiva elevação moral da nossa espécie".

Nessa mesma ocasião, o Tenente-Coronel Antônio Sena Madureira, em função militar em Rio Pardo-RS, ligada à estruturação da futura Escola de Preparação e Tática do Rio Pardo, escreveu um artigo abolicionista em *A Federação*, que veio a tornar-se a principal vertente da chamada Questão Militar, que, no fundo, era de motivação abolicionista.

Em consequência, foi atacado pessoalmente pelo deputado escravocrata Franco de Sá, da tribuna da Câmara. Sena Madureira, usando o direito de resposta, revidou ao ataque pela imprensa, em face do que foi punido.

Em sua defesa, saiu a guarnição do Rio Grande do Sul, chefiada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, e mais o Senador Marechal-de-Exército Correia de Câmara, e o jornal *A Federação*.

Esse incidente de fundo abolicionista foi a principal vertente da chamada Questão Militar. Ela evoluiu para a permissão aos militares, cidadãos com plenos direitos dos demais, recorrerem à imprensa para expressarem seus pensamentos,

independente da Censura, menos em se tratando de debates entre militares sobre questões de serviço; para o cancelamento das punições impostas a Sena Madureira e Cunha Matos, por haverem se defendido pela imprensa de ataques recebidos dos parlamentares Francisco de Sá e Simplicio de Resende; para a criação do Clube Militar, em 26 de junho de 1887; para a Petição à Princesa Izabel, em 26 de outubro de 1887, pela libertação do Exército dos encargos de cooperar na prisão de escravos fugidos; para a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 e, finalmente, para a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, fato importante que Sena Madureira não viveu para ver, por haver morrido um pouco antes.

Sena Madureira anteriormente, conforme mencionado, como comandante da Escola de Tiro de Rio Pardo (1880-84) nela recebeu, o líder jangadeiro negro Francisco do Nascimento, o Francisco do Nascimento, o Dragão do Mar, aprovando o gesto dos jangadeiros cearenses que recusavam transportar escravos em suas jangadas, como boicote à escravidão, atitude que, no dizer de Joaquim Nabuco, transformou a jangada "em símbolo abolicionista".

Por isso, Sena Madureira foi destituído do comando e enviado para o Rio Grande.

Um Testemunho do Marechal Rondon

O Marechal Cândido Mariano Rondon, testemunha desses acontecimentos como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha (1884-90), também empenhado profundamente na abolição da escravatura, assim viu as consequências da petição firmada pelo líder da classe militar de terra ou do Exército, Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca, ao depor para a escritora Esther Viveiros, na obra *Rondon Conta a sua Vida*.⁶³

"Tive a honra de participar de dois movimentos cívicos que, logicamente se encadeiam: a *Lei Áurea* (libertação dos escravos) e a *Proclamação da República*....

"Já era antigo o anseio de libertar os escravos...

"... A Questão Militar viria agravar a efervescência política, questão esta, em parte, consequência do erro político da monarquia de manter a escravidão, deixando que o movimento abolicionista se fizesse à revelia do governo...

"... O dissídio se alargava.

"Em 188 (sic), o General

63. Rio de Janeiro. Cooperativa Cultura dos Esperantistas, 1969, pp. 45-46.

Manoel Deodoro da Fonseca enviou uma representação à Princesa para que não obrigasse o Exército a colaborar na captura de escravos. Estava assim feita de fato a Abolição, certos os fugitivos de que ficariam impunes, uma vez que o Exército não mais colaboraria nas batidas para os capturar".

Assim Rondon viu, na petição dirigida pelo Clube Militar à Princesa Izabel, datada de 27 de outubro de 1887, com o fim de dispensar o Exército de encargos de captura de escravos, como a Lei Áurea de fato.

Um Caso de Omissão do Exército na Captura de Escravos

Ilustra, entre outros, a omissão do Exército na captura de escravos o seguinte incidente registrado pela *História do Exército Brasileiro*:⁶⁴

"O alferes Gasparino Carneiro Leão foi mandado à frente de um contingente, para interceptar a coluna de escravos fugitivos que passava pelo desfiladeiro de Santo Amaro, com destino a Santos, local de refúgio seguro. Chegando ao alto da ladeira, avistou a turba descendo para o fundo do vale. Destacando um anseçada (antiga graduação

entre o soldado e o cabo) conhecido pelos seus sentimentos abolicionistas, a fim de aconselhar os extenuados perseguidos a debandarem para a mata adjacente, foi recebido com desconfiança, pelo chefe do grupo de escravos, o preto Pio. Este, ignorando os generosos intuitos do alferes Gasparino, foi ao encontro do anseçada mensageiro e matou-o com uma foice. De imediato os soldados atiraram sobre o preto Pio, que caiu morto.

"O alferes Gasparino não consentiu na chacina dos demais escravos que se dispersaram apavorados. Voltou com seu contingente para São Paulo. Submetido a Conselho de Guerra, foi absolvido."

Desta forma, agiu ao modo que agiria mais tarde o citado Marechal Rondon em relação aos índios: "Morrer se preciso! Matar, nunca!"

Ruy Barbosa reconhece contribuição do Exército à Abolição

Ruy Barbosa, em artigo insuspeito, sob o título "O Dia Máximo", alusivo ao Dia da Abolição e publicado, no dia 14 de maio de 1888, em *O País*, assim viu a petição do Clube Militar à Princesa Izabel, de 26

64. Idem Nota 60, v. 2, p. 671.

de outubro de 1887, acompanhada da recusa do Exército de participar da caçada de escravos foragidos.

“Foi o trono, que convocou a postos o Exército, para abrir, nas serranias de São Paulo, a caçada aos cativos foragidos, no seio protetor das matas, restituindo-os à opressão das senzalas.

“Mas os soldados brasileiros não se prestaram a descer abaixo de escravos, resignando-se a instrumento do cativo sacudido por eles; e, com a firmeza dos heroísmos tranquilos da consciência, interpuseram gloriosamente, na mais peremptória recusa, uma barreira insuperável entre a coroa e a liberdade proclamada naquela insurreição incruenta.

“Essa desobediência bendita, essa indisciplina salvadora, selou a emancipação do povo negro, firmada no granito das montanhas do Sul, pela ponta, indócil a vilanias, da espada do nosso Exército.

“Espada redentora, tu cresceste no horizonte da pátria, grande, luminosa, serenadora entre as ameaças de tempestade, como a curva do arco-íris, o sinal de aliança entre a nação, o escravo e o soldado. Desde então, incorreste na desconfiança e nas perseguições; mas nos co-

rações das classes populares, que te viram cintilar ao lado do direito, teceste laços de fraternidade, que te hão de associar para sempre às conquistas civis do nosso progresso, à transformação liberal das nossas instituições”.⁶⁵

Em razão da contribuição do Exército à Abolição foi-lhe, à época, atribuído o epíteto; “Libertador”.

As Lideranças Militares e a Abolição, segundo Joaquim Nabuco e Tasso Fragoso

Joaquim Nabuco referiu, certa feita, com muita agudeza de espírito: “Os oficiais brasileiros são antes de tudo solidários com os seus soldados. Pois sabem a triste afinidade entre eles e a escravidão”. Com isso queria dizer que muitos soldados do Exército egressos da escravidão possuíam entes queridos escravos e que, para libertá-los, contavam com a solidariedade de seus oficiais.

Na Bahia, por exemplo, entre tantos outros, o General Hermes Ernesto da Fonseca, irmão do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente do Clube Militar, que assinara Petição do Clube Militar de 26 de Out 1887 à Princesa Izabel, recebeu com grande alegria, como pre-

65. Obras Completas de Ruy Barbosa — Queda do Império, p. 340.

sente de aniversário, a carta de alforria do pai de dois de seus soldados.

Atitudes como essas foram comuns entre as lideranças do Exército depois do término da Guerra do Paraguai.

A esse respeito também escreveu o General Augusto Tasso Fragoso, autor da *Guerra Triplique Aliança contra o Paraguai*, ao comentar que 4.749 escravos, para um efetivo por volta de 100.000 do Exército Imperial, foram libertados para nele ingressarem e lutarem na guerra. "Is-

to, antes de ser uma humilhação para o Exército resultou em a instituição tornar-se a maior aliada da população mulata e escrava, com vistas a sua emancipação".

NOTA:

Data das Guerras de Portugal com a Espanha, a construção, por volta de 1768, no estuário do Amazonas, com braço de negros escravos a atual Fortaleza Santo Antônio de Macapá. Ela é a silhueta que figura na Medalha de Serviços Amazônicos, instituída pelo Ministro do Exército, General-de-Exército Leônidas Pires Gonçalves, para premiar militares do Exército que lá serviram.

ANEXO

O Abolicionista André Pinto Rebouças e o Exército

Pertenceu ao Exército, por 11 anos, o grande abolicionista e engenheiro civil André Pinto Rebouças.

André Rebouças integrou o Exército de 1855 a outubro de 1866, de praça a 1º tenente do Corpo de Engenheiros.

Era natural de Cachoeira – Bahia, nascido em 13 de janeiro de 1838, filho do advogado negro Antônio Pereira Rebouças. Ingressou no Exército Imperial aos 17 anos, como praça voluntária, no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, que havia sido atingido por uma epidemia de cólera morbus. Foi aí que conheceu,

como sargento enfermeiro, o mais tarde intrépido e legendário no Paraguai, Coronel Tibúrcio Ferreira de Souza – depois general – que tomou parte ativa e jogou todo o seu prestígio de herói guerreiro na campanha abolicionista do Ceará. Em 8 de fevereiro de 1855, André Rebouças foi reconhecido cadete de 2ª Classe do Exército e, a 15 de março, foi matriculado no 2º ano da Escola Militar do Largo de São Francisco, no Curso de Engenharia Civil, onde ingressara como civil, no 1º ano, em 15 de março de 1854, junto com o seu irmão Antônio.

Foi promovido a alferes aluno em 29 de março de 1857, sendo então desligado do 1º Ba-

talhão de Artilharia a Pé. Foi promovido a 2º tenente para o Corpo de Engenheiros, em 10 de abril de 1857.

Em 10 de fevereiro, após freqüentar 5 anos a Escola Militar do Largo do São Francisco, matriculou-se, em 4 de fevereiro de 1859, na Escola de Aplicação do Exército, na Praia Vermelha, ficando adido ao Batalhão de Engenheiros, no térreo da referida escola.

Em 4 de janeiro de 1861, concluiu o curso da Arma de Engenheiros. Foi desligado do Batalhão de Engenheiros e apresentado ao Corpo de Engenheiros, em 5 de janeiro.

Em 31 de janeiro de 1861, foi-lhe concedido licença para estudar Engenharia Civil na Europa, pelo espaço de 2 anos, com os vencimentos que perceberia se estudasse no Brasil, na Escola Central.

Em 24 de janeiro de 1863, foi colocado à disposição do Presidente do Estado de Santa Catarina, no contexto da Questão Christie entre o Brasil e a Inglaterra, devendo, no caminho, verificar as fortalezas de Santos e executar trabalhos na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Santa Catarina, seu local de trabalho e moradia naquela província, onde permaneceu cerca de 1 ano, até retornar, em licença, para apresentar, ao Ministro da Marinha,

um aparelho que projetou para uso no dique Imperial da Ilha das Cobras.

Em 5 de julho de 1864, foi nomeado Cavalheiro da Ordem de Cristo.

Em 16 de maio de 1865, foi nomeado membro da Comissão de Engenheiros junto ao Exército Brasileiro no Rio da Prata, em operações contra o Paraguai.

Ele atuou na Comissão de Engenheiros até depois da Batalha de Tuiuti, de 24 de maio de 1866.

Em 23 de julho de 1866, depois de cerca de 13 meses de campanha, apresentou-se no Rio ao Corpo de Engenheiros, tendo, em 27 de julho, sido elevado a Cavalheiro da Ordem de Cristo.

Decorridos cerca de dois meses, pediu demissão do Exército Imperial, em 15 de outubro, "visto ter-se aplicado à profissão de Engenheiro Civil".

André Rebouças prestou ao Brasil os seguintes serviços quando no Exército, de 1854 a 1866, segundo se conclui do exame de seu dossiê no Arquivo Histórico do Exército Brasileiro – Seção de História do Exército.

Serviços ao Exército na paz

Depois de haver estudado na Escola de Guerra, André Re-

bouças estudou na França e na Inglaterra, por quase dois anos, os seguintes assuntos: fundação de ar comprimido; estradas de ferro (técnica e administração) portos de mar.

Sobre esses assuntos, fez relatórios à Congregação da Escola Central do Exército. Na Europa, em 1862, durante seu curso, foi encarregado de Hidráulica, na Comissão de Exposição Internacional de Londres, sobre o que produziu dois relatórios.

De retorno ao Brasil, foi mandado a Santa Catarina para executar trabalhos na Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim, dentro do contexto da Questão Christie.

Ali dirigiu a construção de um paiol. Projetou, ainda, uma ponte sobre o Biguassu e emitiu parecer sobre a projetada ferrovia Santa Catarina-Rio Grande do Sul. Depois, no Maranhão, estudou um dique e o porto.

Na Paraíba examinou a ponte de Sanhava e trabalhou no projeto do Porto de Cabedelo.

Serviços de Guerra

André Rebouças integrou a Comissão de Engenheiros do 1º Corpo de Exército, ao comando do General Osório, de 16 de março de 1865 a 1º de julho de 1866, quando foi licenciado para voltar ao Rio, por motivos de

sáude. Nessa guerra, tomou parte na expedição fluvial Uruguiana-Itaqui-São Borja; opinou contra o bombardeio da vila de Uruguiana, ocupada pelos paraguaios; participou da conquista da ilha da Redenção, em 10 de abril de 1866, quando morreu o Tenente-Coronel João Carlos Vilagran Cabrita. Foi então encarregado das fortificações e do diário de bombardeamento do forte de Itapiru. Trabalhou no serviço de pontes para a passagem do Exército, em Passo da Pátria, quando da invasão aliada do Paraguai e procedeu o levantamento do campo de batalha de Tuiuti de 24 de maio de 1866, que foi mandado litografar em Buenos Aires.

Apresentou, como tenente, um Plano de Guerra.

André Rebouças firmou o seguinte requerimento de demissão do Exército Imperial, dirigido a D. Pedro II:

“Senhor

Diz André Pinto Rebouças, 1º tenente do Corpo de Engenheiros, que tendo os Engenheiros Militares, em virtudes das últimas disposições do Governo Imperial, perdido as principais vantagens da carreira militar, quando empregados em trabalhos civis, e desejando o suplicante dedicar-se inteiramente a esta especialidade, mui submissamente requer e

"Pede a Vossa Majestade Imperial seja servido conceder-lhes sua demissão do serviço do Exército.

"Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1866.

"Ass.: André Pinto Rebouças".



CLÁUDIO MOREIRA BENTO, Coronel de Engenharia QEMA, designado para o Serviço Ativo do Exército, como Diretor do Arquivo Histórico do Exército, cuja Comissão de História integra. Possui todos os cursos militares regulares e mais o de Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras e de Analista de Alto Nível EsNI. Comandou o 4º BECmb em Itajubá-MG, 1981-82, da qual é cidadão honorário, por unanimidade. É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e das cidades de Pelotas e São Leopoldo. É membro das Academias Brasileiras de História, Rio Grandense de Letras, Canguçuense e Itajubense de História, da Sociedade Brasileira de Geografia, da Ordem dos Velhos Jornalistas, Irmão de Santa Casa (RJ) e sócio do Instituto Bolivariano do Rio de Janeiro. Possui 16 livros e plaquetes escritos inclusive *O Negro e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul*, (Palegre, IEL, 1975). Integrou a Comissão de História do Exército Brasileiro do EME (1971-74). Foi instrutor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras 1976-80 e coordenou a construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, no Recife, PE, em 1971. Em elogio datado de 30 Out 1987, o Exmo Sr. Secretário do Exército Gen Bda Francisco Rodrigues Fernandes Júnior, refere a certa altura: "O Cel Bento é hoje um dos mais conceituados historiadores brasileiros, com larga e substancial produção nos campos da História Militar e da evolução da Doutrina Militar Brasileira". Dirigiu o Departamento Cultural e a Revista do Clube Militar. Fundou o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, que preside, em Pelotas. Em 10 de setembro de 1986, o sesquicentenário de combate do Seival. É natural de Canguçu - RS (19 Out 1931).